

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: 01/06/2012 a 30/06/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Índice

Na Europa e nos EUA, convívio à mesa contra a crise. Daniele Madureira – Valor Econômico. 04/06/2012.....	Erro! Indicador não definido.
Varejo disputa vendas de carnes. Luiz Henrique Mendes e Bettina Barros – Valor Econômico. 04/06/2012.....	Erro! Indicador não definido.
Ação contra a Monsanto vale em todo o país – Valor Econômico. 14/06/2012	Erro! Indicador não definido.
Não temos laboratórios para verificar toxicidade dos agrotóxicos, diz Anvisa. José Coutinho Júnior – Site do MST. 20/06/2012.....	Erro! Indicador não definido.
Edital destina R\$ 5,5 milhões para Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias. Adriana Scorza – Site do MDS. 01/06/2012.....	4
Tereza Campello avalia no Rio o Brasil Sem Miséria e a pactuação federativa. ASCOM/MDS. 01/06/2012.....	4
Cúpula dos Povos: roteiro para a soberania alimentar. Rodrigo Otávio – Site da Agência Carta Maior. 01/06/2012.....	5
A silenciosa praga das lavouras. Regiões agrícolas do estado com forte uso de agrotóxicos têm mais suicídios e mortes por câncer. Carla Rocha, Fabio Vasconcellos e Natanael Damasceno – O Globo. 03/06/2012.....	6
Venda sem controle. Lojas burlam a lei e comercializam agrotóxicos sem receituário e nota fiscal. Carla Rocha, Fabio Vasconcellos e Natanael Damasceno – O Globo. 04/06/2012.....	9
Anvisa estuda mais rigor na fiscalização. Órgão vai fazer, no próximo ano, mudanças no Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos de Alimentos. Carla Rocha, Fábio Vasconcellos e Natanael Damasceno – O Globo. 04/06/2012.....	11
Na Europa e nos EUA, convívio à mesa contra a crise. Daniele Madureira – Valor Econômico. 04/06/2012.....	12
Varejo disputa vendas de carnes. Luiz Henrique Mendes e Bettina Barros – Valor Econômico. 04/06/2012.....	13
Cúpula dos Povos: roteiro para a soberania alimentar. Rodrigo Otávio – Site da Agência Carta Maior. 05/06/2012.....	14
Vamos ter comida para 9 bilhões? Com a degradação dos recursos naturais não se sabe se o cultivo de alimentos acompanhará o crescimento populacional. Bruna Borges - Folha de São Paulo, Especial. 05/06/2012.....	16
Só 30% de embalagens são recolhidas no Rio. Apesar de projeto custeado pela indústria, MP estima que pequena parte dos recipientes de agrotóxicos é coletada. Carla Rocha, Fábio Vasconcellos e Natanael Damasceno – O Globo. 05/06/2012.....	18
Tóxico também para o ambiente. Pesquisas mostram contaminação de ar, solo e água em cidades agrícolas fluminenses. Carla Rocha, Fábio Vasconcellos e Natanael Damasceno - O Globo. 05/06/2012.....	19
Os mitos e as verdades sobre agrotóxicos. Especialistas esclarecem dúvidas sobre defensivos agrícolas e ensinam consumidor a evitar alimentos contaminados. Carla Rocha, Fábio Vasconcellos e Natanael Damasceno – O Globo. 07/06/2012.....	21

Pela informação nutricional adequada. Levantamento mostra que rótulos de alimentos para crianças contêm dados para adultos. Luiza Xavier – O Globo. 10/06/2012.....	22
Agrotóxicos podem ter causado mortandade. Dicler de Mello e Souza – O Globo. 13/06/2012.....	24
Cresce a disputa pelos bebês da classe C. Daniele Madureira – Valor Econômico. 13/06/2012.....	25
Ação contra a Monsanto vale em todo o país – Valor Econômico. 14/06/2012.....	27
Agricultores familiares já têm garantia de compra e estoque de produtos – Site da CONAB, 15/06/2012.....	28
Abrasco lança dossiê sobre o impacto dos agrotóxicos na Cúpula dos Povos. José Coutinho Júnior – Site do MST. 17/06/2012.....	29
Exposição mostra ações relativas à segurança alimentar – Site do MAPA. 17/06/2012.....	31
Campanha quer banir no Brasil agrotóxicos banidos em outros países – Site do MST. 18/06/2012.....	33
Fome e abundância convivem na Índia. Neha Thirani e Karishma Vyas – Folha de São Paulo, The New York Times. 18/06/2012.....	33
Segurança alimentar e sustentabilidade no agronegócio – Site da CNA. 19/06/2012.....	35
Segurança alimentar em debate na Rio+20 – Site do MDS. 19/06/2012.....	36
Não temos laboratórios para verificar toxicidade dos agrotóxicos, diz Anvisa. José Coutinho Júnior – Site do MST. 20/06/2012.....	37
Juntos por um futuro sustentável. José Graziano da Silva – Valor Econômico. 21/06/2012.....	41
Bolsa Família já registra benefício de até R\$ 1.332 – O Globo, Capa. 26/06/2012.....	43
Em família de 19 pessoas, Bolsa vai a R\$ 1.332. Demétrio Weber – O Globo. 26/06/2012.....	43
Monsanto quer expandir domínio no setor de hortifrútiis. Ian Berry – Valor Econômico, The Wall Street Journal. 27/06/2012.....	44
Ingredientes locais chegam à merenda. Giselle Paulino – Valor Econômico. 27/06/2012.....	46
Edital dará continuidade à rede virtual de segurança alimentar – Site do MDS. 29/06/2012.....	48
Arroz com feijão sobe 5 vezes mais que a inflação – Folha de São Paulo. 30/06/2012.....	49

Edital destina R\$ 5,5 milhões para Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias. Adriana Scorza – Site do MDS. 01/06/2012

Estados e municípios que já têm Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias em funcionamento há pelo menos 12 meses e queiram modernizar esses equipamentos podem participar do edital de seleção pública divulgado nesta sexta-feira (1º) pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

São R\$ 5,5 milhões para despesas com a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, execução de obras e instalações, aquisição de equipamentos e móveis, de veículos, material de consumo e utensílios e equipamentos de proteção individual. Os interessados podem incluir e enviar até 16 de julho proposta de trabalho, junto com os documentos necessários, ao Portal de Convênios (Siconv).

Informações completas sobre o Edital MDS/Sesan nº 06/2012 podem ser obtidas no Portal do MDS. O resultado provisório será divulgado em 25 de julho.

Cozinhas Comunitárias – Unidades de alimentação e nutrição com capacidade mínima de produção de cem refeições diárias, devem se localizar preferencialmente em bairros populosos das periferias urbanas ou nas áreas centrais de pequenas cidades. Além de garantir acesso à refeição de qualidade, as cozinhas comunitárias implementam atividades de inclusão social produtiva, fortalecem a ação coletiva, a identidade comunitária e a educação alimentar e nutricional.

Bancos de Alimentos – Unidades estratégicas de abastecimento e combate ao desperdício de alimentos provenientes da cadeia agroalimentar urbana e metropolitana, os bancos de alimentos ajudam na distribuição de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e são importante espaço de articulação com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Essas unidades direcionam sua ação à doação de gêneros alimentícios às entidades socioassistenciais que oferecem alimentação a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Além disso, contribuem para o abastecimento de Cozinhas Comunitárias e Restaurantes Populares.

Restaurantes Populares – Oferecem refeições adequadas a preços acessíveis à população em situação de vulnerabilidade social, garantindo o direito humano à alimentação adequada. As instalações apoiadas pelo MDS têm capacidade mínima de produção de mil refeições diárias durante cinco dias por semana, sempre respeitando as características culturais e hábitos alimentares da região.

Tereza Campello avalia no Rio o Brasil Sem Miséria e a pactuação federativa.
ASCOM/MDS. 01/06/2012

Brasília 1º – A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, participa nesta segunda-feira (4), às 19h, no Rio de Janeiro, da abertura do Seminário Nacional Pactuação Federativa no Brasil Sem Miséria. Também estarão no evento o governador Sérgio Cabral, o prefeito Eduardo Paes, o secretário extraordinário para Superação da Extrema Pobreza do MDS, Tiago Falcão, e o secretário estadual de

Após a cerimônia, Tereza Campello faz a conferência “Um ano do Brasil Sem Miséria”. Em sua exposição, a ministra vai destacar os resultados alcançados pelo plano de superação da extrema pobreza, que completa um ano neste sábado (2). O evento é organizado conjuntamente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio.

Na terça-feira (5), a partir das 9h, o secretário Tiago Falcão; o secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Ricardo Paes de Barros; e o subsecretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio, Antônio Claret, falam sobre a experiência de um ano do Brasil Sem Miséria e do Rio Sem Miséria.

A programação prevê ainda palestras sobre os eixos do Brasil Sem Miséria – garantia de renda, inclusão produtiva urbana e rural e acesso a serviços públicos – e termina com a palestra do coordenador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV), economista Marcelo Néri, sobre o “O novo federalismo e o Brasil Sem Miséria”.

Cúpula dos Povos: roteiro para a soberania alimentar. Rodrigo Otávio – Site da Agência Carta Maior. 01/06/2012

A soberania alimentar é o tema de uma das plenárias de convergência da Cúpula dos Povos, evento paralelo a Rio + 20 que será realizado entre 15 e 23 de junho no Aterro do Flamengo. O engenheiro agrônomo Horacio Martins vê a retomada da agricultura familiar como ponto crucial para a reversão da atual ordem mundial, onde cerca de 12 grupos multinacionais controlam o mercado, manipulando formas de produção e especulando preços. “A agricultura passou a ser um dos maiores negócios do mundo”, diz.

A soberania alimentar é o tema de uma das plenárias de convergência da Cúpula dos Povos, evento paralelo a Rio + 20 que será realizado entre 15 e 23 de junho no Aterro do Flamengo. Na dinâmica do evento, os resultados das plenárias de convergência serão encaminhados para a Assembleia dos Povos, que nos últimos três dias da cúpula definirá as agendas e lutas para o período pós Rio+20.

A partir do conceito de soberania alimentar como “o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, advindos do direito de decidir o próprio sistema alimentar e produtivo”, definido pela Via Campesina em 1996, durante a Cúpula Mundial sobre Alimentação da agência das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o engenheiro agrônomo Horacio Martins vê a retomada da agricultura familiar como ponto crucial para a reversão da atual ordem mundial, onde cerca de 12 grupos multinacionais controlam o mercado, manipulando formas de produção e especulando preços.

“A agricultura passou a ser um dos maiores negócios do mundo. O volume financeiro no comércio de alimentos processados entre 2010/11 foi de US\$ 3,5 trilhões”, afirma o membro da Associação Brasileira de Reforma Agrária. “Não é mais o custo de produção

que determina o preço. O preço é determinado fora. A Bolsa de Chicago movimentou financeiramente em um ano o equivalente a 46 vezes a produção mundial de trigo, e 24 vezes a de milho”, exemplifica Martins.

Novo campesinato

Segundo o agrônomo, o processo de construção da soberania alimentar recai em alguns lugares comuns. O primeiro é a necessidade de uma reforma agrária ampla, ligada a uma soberania nacional e popular, para que “não o mercado decida o que nós devemos comer, mas sim uma política nacional de alimentação que acabe com a tirania da dieta alimentar definida pelas multinacionais a partir dos produtos agrícolas rentáveis”.

Martins é taxativo. “Precisamos criar camponeses!”, e propõe um novo olhar sobre esse campo. “O camponês como modo de produção e como classe social. Ele tem uma especificidade que não é nem o produtor simples de mercadoria, nem a pequena burguesia, mas uma nova abordagem da questão camponesa, Ele e o trabalho da terra com sua família, uma família moderna, contemporânea, estudando”, diz.

Para o trabalho da terra desembocar na mesa de jantar sem especulação, a retomada dos circuitos curtos de mercado é o caminho ideal, na visão do agrônomo. “Só equaciono a soberania alimentar com a oferta de alimentos saudáveis nos mercados locais e produção regional, contra as ‘mercadorias de não lugar’”, afirma, pontificando que esse cenário representa “o processo de desconcentração e democratização do uso da terra e da oferta de serviços”.

Tecnologia

Para Martins, outra vantagem desse modelo seria forjar um novo padrão tecnológico, a partir da agroecologia para o pequeno. “Se agrotóxicos, fertilizantes e sementes estão na mão das multinacionais, o padrão é dado de fora para dentro. E nossas políticas públicas e empresas de pesquisas passam a ser determinadas por esse grande mercado, sem emancipação e liberdade”, diz ele.

A silenciosa praga das lavouras. Regiões agrícolas do estado com forte uso de agrotóxicos têm mais suicídios e mortes por câncer. Carla Rocha, Fabio Vasconcellos e Natanael Damasceno – O Globo. 03/06/2012

VENENO EM DOSES DIÁRIAS

As lesões vermelhas no rosto, que vez ou outra se espalhavam para braços e pernas, não o fizeram parar de roçar a lavoura. Era seu ofício desde os 15 anos, de sol a sol. Por anos, conviveu com crises, mais ou menos intensas. Teve que amputar o dedo indicador direito, que encaroçou como uma espiga de milho. Para as lesões num braço, quase no osso, precisou fazer enxertos de pele. A audição, frágil, evoluiu para uma quase surdez. Vinte e cinco anos depois de os sintomas surgirem, mais de 40 dias de internação e biópsias, José de Andrade, de 77 anos, descobriu que podia ser mais uma vítima do uso indiscriminado de agrotóxicos. Era só ele e a enxada, sem capa ou máscara. Às vezes, até sem galochas.

- A gente macerava o veneno, que era em pó, com a mão, antes de misturar na água. Depois sentava para almoçar. Durante 30 anos usei os produtos sem proteção. Pegava sol, chuva, tudo. Aplicava contra o vento; saía todo molhado.

Não sabia do risco - conta o agricultor, que estudou muito pouco e não entendia as instruções do rótulo dos produtos.

Um levantamento do GLOBO com base em dados do Datasus e do IBGE revela que o Rio tem altas taxas de mortalidade por câncer e suicídio - que pesquisas científicas sugerem ter associação com o uso de agrotóxicos - em três regiões agrícolas. O mapa de ocorrências desses dois problemas coincide com as manchas de produtividade de tomate, escolhido para a pesquisa por ser uma das principais culturas do estado e ter apresentado alto índice de resíduos tóxicos nas últimas análises.

O Centro-Sul aparece na frente em mortes causadas por neoplasias, com 133 casos por cem mil habitantes (22% acima da média, que é de 109); depois vem a Região Serrana, com 125 (14%); e o Noroeste Fluminense com 117 (7%). Um detalhe salta das estatísticas: no Centro-Sul, onde estão grandes produtores de tomate, como Paty do Alferes, os índices são acentuados entre adultos de 40 a 49 anos. Nessa região, os índices estão mais de 52% acima da média do estado.

O suicídio é mais frequente no campo. Enquanto a taxa na Região Metropolitana é de 1,58 caso por cem mil habitantes, no Noroeste Fluminense chega a 5,89 (51% acima da média, que é de 3,9), a mais alta. Na Região Serrana, são 5,25 casos por cem mil (34%); e no Centro-Sul, 5,50 (41%).

No Brasil, agrotóxico movimentou US\$ 7 bi. Maior consumidor mundial de venenos agrícolas, que, em 2010, movimentaram US\$ 7,3 bilhões, o Brasil responde hoje por 10% do mercado internacional (mais de 900 mil toneladas por ano). As cifras são também de um mercado recheado de polêmicas, como a dos possíveis efeitos desses produtos, o que divide fabricantes e pesquisadores. Para entender a realidade que está por trás desses números, repórteres do GLOBO foram buscar a história contada pelos próprios agricultores. O que José de Andrade relata é uma rotina marcada por uma mistura de necessidade extrema e ignorância absoluta sobre os efeitos prejudiciais dos agrotóxicos. Aos 40 anos, sem qualquer explicação para uma série de distúrbios psicológicos, ele saiu de seu pequeno sítio em Secretário, distrito de Petrópolis, e foi caminhando até Santana do Deserto, em Minas Gerais.

- Deu problema na mente. Um dia, saí andando sem querer voltar. Dormia no meio do mato. Depois de 40 dias, o pensamento assentou. Voltei para casa - conta.

Ele passou a beber em excesso e só aquietou das crises de depressão, durante as quais mal se levantava da cama, recentemente, depois de ser tratado no Centro de Tratamento Oncológico (CTO), hospital privado de Petrópolis, que atende pelo SUS. Ele teve alta depois de tratar um câncer num dedo, que perdeu após uma necrose, num braço e no nariz.

Dois irmãos de José morreram de câncer. Um que o ajudava na lavoura teve um tipo semelhante ao dele, amputou um braço e faleceu aos 50 anos. O outro, que não tinha contato direto com agrotóxicos, morreu aos 70, vítima de um câncer na garganta. Todos foram criados em áreas de plantações.

Estudioso do assunto - que já teve mais de 30 artigos científicos publicados -, Armando Meyer, professor adjunto e diretor do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (IESC) da UFRJ, fez parte de uma equipe que, em 2003, constatou um risco maior de morte por câncer de esôfago e estômago entre agricultores da Região Serrana em relação às populações do Rio e de Porto Alegre, que registram altas taxas da doença.

Dependendo da idade, o agricultor chegava a ter 300% mais chance de morte. adjunto e diretor do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (IESC) da UFRJ, fez parte de uma equipe que, em 2003, constatou um risco maior de morte por câncer de esôfago e estômago entre agricultores da Região Serrana em relação às populações do Rio e de Porto Alegre, que registram altas taxas da doença. Dependendo da idade, o agricultor chegava a ter 300% mais chance de morte.

- O poder econômico e político do agronegócio no país é imenso. Os primeiros passos que tornaram o Brasil um jogador pesado do agronegócio foram dados nos anos 70, quando um decreto do governo determinou que uma parte do financiamento agrícola deveria ir para compra deste tipo de insumo. E o segmento não para de crescer em países como Brasil, China, Índia e Rússia. A situação de hoje ainda é o legado do passado - observa Meyer. O agricultor usa o produto de forma errada. A culpa não é dele, mas do governo.

Professor do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Unicamp e pesquisador dos efeitos do agrotóxico, Ângelo Trapé analisou os dados obtidos pelo GLOBO e não considerou as relações um indicativo importante:

- Estudos epidemiológicos que investigam supostas relações entre câncer e agentes ambientais são longos, até de décadas. Não é possível qualquer correlação com os dados apresentados. Além disso, não há um estudo clínico epidemiológico que indique que são cancerígenos os agrotóxicos registrados no país, aos quais aquelas populações poderiam estar potencialmente expostas. Desde 2000, a Anvisa já retirou de circulação 11 ingredientes ativos de agrotóxicos considerados nocivos à saúde. Dois são analisados com indicações de banimento e 17 estão à venda com restrições. O gerente geral de toxicologia do órgão, Luiz Cláudio Meirelles, explica que o país lida com um passivo que exige uma série de estudos e avaliações até a retirada de um produto do mercado. Para ele, os dados obtidos pelo GLOBO merecem ser investigados:

- Há uma grande preocupação em torno dos efeitos crônicos a longo prazo, no agricultor e no consumidor. Alguma coisa acontece nessas áreas do interior para registrar taxas de câncer acima da média. O levantamento aborda uma questão importante.

O lavrador Oséias de Oliveira Rodrigues morreu devido a um câncer no cérebro em 2009, aos 37 anos. Ele estava na lavoura desde os 8 anos e deixou dois filhos. Segundo sua irmã, Maria José Rodrigues, de 51 anos, nunca usou proteção durante a pulverização dos produtos na lavoura em Teresópolis:

- Ele sentia dores de cabeça e tontura mas, nos postos de saúde, receitavam dipirona e remédios para enjojo. Nunca associaram as dores ao veneno. Sequer perguntavam em que ele trabalhava.

Responsável pelo departamento de Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho e ao Ambiente do Instituto Nacional do Câncer, Ubirani Otero afirma que o país precisa vencer o "silêncio epidemiológico".

- O profissional de saúde atende um paciente com câncer e não pergunta em que ele trabalha. Mais de 50% das pessoas com câncer na Serra se tratam no Inca - afirma Otero, que costuma dizer que agricultores tomam "banho" de agrotóxico.

Breno Braga, médico do Programa Saúde da Família que trabalha há oito anos na localidade de Vargem Alta, no distrito de São Pedro da Serra, em Nova Friburgo, diz que ligou casos de pacientes com depressão e suicídio a venenos agrícolas. Maior produtora de flores do Rio, a cidade tem plantações com uso intenso de agroquímicos.

- É muito difícil estabelecer uma relação de causa e efeito, mas a localidade registra muitos casos de depressão e suicídio, que impressionam porque atingem jovens entre 20 e 30 anos. É muito comum eles beberem o próprio agrotóxico - afirma Braga.

Venda sem controle. Lojas burlam a lei e comercializam agrotóxicos sem receituário e nota fiscal. Carla Rocha, Fabio Vasconcellos e Natanael Damasceno – O Globo. 04/06/2012

VENENO EM DOSES DIÁRIAS

O caminho que leva ao uso indiscriminado dos agrotóxicos nas lavouras começa nos balcões das empresas especializadas na venda ou mesmo no comércio clandestino desses produtos, que passaram a entrar no Rio por intermédio de ambulantes que trazem os venenos pela divisa de Minas e Espírito Santo e entregam diretamente nas propriedades rurais. No caso das lojas, apesar de a legislação exigir um receituário agrônomo para a venda, os produtos são normalmente comprados sem qualquer indicação de um profissional. É o que mostra a segunda reportagem da série "Veneno em doses diárias".

Repórteres do GLOBO estiveram em quatro grandes lojas que comercializam o produto e, em três delas – Cia. do Produtor, Comercial Friburguense e Casa Progresso - conseguiram adquirir herbicidas e fungicidas de alta e média toxicidade, sem ter prescrição de um agrônomo e sem nota fiscal. Nesta última, no Centro do Rio, uma profissional da própria loja assinou um receituário na hora da venda - prática comum, mas irregular, uma vez que a emissão da receita pressupõe que a propriedade foi visitada pelo agrônomo. Nas outras duas, em Teresópolis, sequer houve a necessidade do documento para retirar os produtos. Comerciantes ouvidos chegaram a afirmar que, se a legislação fosse cumprida à risca, as lojas teriam que fechar as portas.

- O pequeno agricultor não tem como pagar pela consultoria de um agrônomo, e o estado não consegue atender a todos. Então, a maior parte dos agricultores chega aqui sem receita mesmo. Temos um agrônomo para atender aos nossos clientes, mas se ele ficar na loja para assinar todas as receitas, não consegue fazer seu trabalho de campo. A legislação deveria considerar essa realidade - justifica um comerciante.

Em meio a uma pequena propriedade na Zona Rural de Teresópolis, Winston Machado, de 26 anos, é um exemplo do que diz o comerciante. Flagrado aplicando herbicida na plantação sem qualquer proteção, admitiu:

- Atestado? O balconista é que explica como usar o "mata mato".

Órgão responsável pela fiscalização do comércio de agrotóxico, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) admite que há venda sem receituário de um agrônomo. Gerente de Licenciamento de Agrotóxico e Vetores do órgão, Jussara Ribeiro Nogueira afirma, contudo, que o Inea está informatizando o sistema de controle sobre as 34 lojas autorizadas a atuar no Rio. Ela acrescenta que o órgão já recebeu denúncia da entrada de vendedores de outros estados, sem licença para vender no Rio. No momento, o Inea investiga outra ilegalidade: a armazenagem de agrotóxico em quatro locais clandestinos, longe dos olhos da fiscalização. No ano passado, o órgão apreendeu quatro toneladas de agrotóxicos proibidos no estado, com prazo de validade vencido ou com embalagens em estado de deterioração:

- Infelizmente, essa prática existe. Nós estamos mudando o sistema de fiscalização para coibir a venda sem receituário. Com o novo sistema, saberemos qual é o estoque de cada produto, quem comprou, quem vendeu e quem assinou o receituário.

Professor da Universidade Federal Rural do Rio e diretor do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-RJ), João Sebastião de Paula Araujo afirma que os casos relatados pelo GLOBO são uma prática na área agrícola do estado, e deixa em aberto em que condições os agricultores vêm aplicando os produtos. Por lei, cabe ao Crea fiscalizar apenas o exercício legal da profissão de agrônomo.

- A reportagem constatou algo que já conhecemos de longa data, que é o uso indiscriminado e abusivo de agrotóxicos. Infelizmente, por determinação legal, não temos como fiscalizar a venda dos produtos, apenas a atuação dos agrônomos, se eles estão receitando produtos corretos e se há necessidade de indicar esse ou aquele produto. Mas hoje é possível comprar sem receituário, sem que nenhum profissional verifique se é necessário ou não aplicar esses produtos na lavoura - diz Araujo.

Apesar das exigências, alguns comerciantes alegam que contratar um agrônomo inviabiliza o negócio. Ouvido pelo GLOBO, um comerciante que preferiu não se identificar diz que, se a legislação permitisse que as receitas fossem assinadas por um técnico agrícola, a situação poderia ser bem diferente, "uma vez que poderia ter mais profissionais à disposição".

Comerciante diz que emite receituário Diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal, entidade ligada à indústria dos agrotóxicos,

Eduardo Daher reprova a venda sem receituário. Segundo ele, a orientação do profissional ajuda o agricultor a utilizar o produto correto para cada tipo de praga. O dono da Companhia do Produtor, Ubiraci Fernandes, diz que todas as vendas da sua empresa são feitas mediante emissão de nota fiscal e de receituário próprio, e que iria apurar por que o vendedor não preencheu

o documento. Ele diz ainda que tem uma equipe de agrônomos para atender aos clientes e que, na hora da venda, nenhum deles se encontrava na loja. Procurados, os donos da Casa Progresso e da Comercial Friburguense não se manifestaram Na avaliação do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola (Sindag), o Rio ainda não pode ser considerado um estado com incidência de contrabando ou venda de agrotóxico falsificados. Nos

últimos anos, os maiores registros dessas ocorrências aconteceram no Sul do Brasil, na fronteira com o Uruguai e Paraguai.

- Não temos registro no Rio da venda de produtos contrabandeados ou falsificados. Mas estamos atentos aos possíveis registros. Estamos elaborando um amplo levantamento sobre essa questão no país – afirma Fernando Marini, gerente do Sindag. Uruguai e Paraguai.

- Não temos registro no Rio da venda de produtos contrabandeados ou falsificados. Mas estamos atentos aos possíveis registros. Estamos elaborando um amplo levantamento sobre essa questão no país – afirma Fernando Marini, gerente do Sindag.
-

Anvisa estuda mais rigor na fiscalização. Órgão vai fazer, no próximo ano, mudanças no Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos de Alimentos. Carla Rocha, Fábio Vasconcellos e Natanael Damasceno – O Globo. 04/06/2012

VENENO EM DOSES DIÁRIAS

Responsável pela avaliação dos riscos à saúde humana antes da concessão dos registros aos agrotóxicos e por fiscalizar a indústria, a Agência Nacional de Vigilância (Anvisa), do Ministério da Saúde, vai modificar o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), a partir do ano que vem. Criado em 2001, ele passará, pela primeira vez, a prever sanções fiscais. Técnicos do órgão devem começar a nova fase do programa focando, num primeiro momento, em uma única cultura, provavelmente a do tomate.

Segundo o gerente geral de toxicologia da Anvisa, Luiz Cláudio Meirelles, as ações, que antes tinham caráter educacional, passarão a resultar na punição de estabelecimentos que estejam comercializando alimentos com resíduos de agrotóxicos acima do permitido ou utilizem ingredientes ativos não autorizados pelo governo:

- Nos últimos anos, toda vez que detectávamos um problema, a primeira coisa que fazíamos era acionar a vigilância sanitária estadual para que fossem adotadas providências. Para isso, é preciso aprimorar a rastreabilidade, a capacidade de identificar a origem do alimento, o que é um esforço de todos. Com a punição, acreditamos que o setor varejista vai se mobilizar mais.

Em 2009, a Anvisa iniciou fiscalizações em indústrias de agrotóxicos para verificar se os produtos estavam sendo produzidos de acordo com as determinações do órgão. Com as irregularidades constatadas, foram interditados 12,5 milhões de litros de agrotóxicos e 19 linhas de produção, entre julho daquele ano e março de 2010. Entre as infrações, havia produtos com fórmulas adulteradas, datas de produção ou prazos de validade ultrapassados ou ignorados, problemas nas embalagens e falta de controle de qualidade. As multas aplicadas chegaram a R\$ 2,4 milhões.

- A fiscalização é relativamente simples. Na própria fábrica, basta verificamos a documentação dos produtos e vistoriamos os tonéis. Até os cheiros dos ingredientes ativos, que são bem diferentes, podem revelar irregularidades - explica Meirelles. - Mudar o sistema é complexo. Há um passivo antigo. Nos anos 60 e 70, usávamos os

organoclorados, depois proibidos pelos efeitos cancerígenos. Eu mesmo usei Neocid (feito à base do produto, usado para matar piolhos) na cabeça. Como a ciência evolui, tudo tem que ser reavaliado o tempo todo. Até hoje os organoclorados, que têm efeito cumulativo no ambiente, contaminam ursos polares, focas e pinguins

Na Europa e nos EUA, convívio à mesa contra a crise. Daniele Madureira – Valor Econômico. 04/06/2012

O dossiê de tendências do setor de alimentos The Future Report Food aponta uma inversão no comportamento entre as economias que estão acima e abaixo da linha do Equador. Segundo o levantamento do The Future Laboratory, agência britânica dedicada à pesquisa de consumo e marcas, a crise vem levando os consumidores dos Estados Unidos e da Europa a se reunirem mais sob o mesmo teto, na mesma mesa, em detrimento à vivência individual que reinou nas últimas décadas nesses mercados. Por outro lado, os latinos, sempre tão gregários, agora optam mais por morar sozinhos e vêm preferindo comer fora.

"A crise nas economias europeia e americana fez o consumidor rever seu orçamento e restringir alguns hábitos, como jantar fora", diz Paulo Al-Assal, presidente da Voltage, agência brasileira parceira do the Future Laboratory na pesquisa. "É comum que as pessoas cozinhem mais em casa e, na adolescência, retardem a sua saída do lar paterno ou, em alguns casos, até voltem a morar com os pais", diz. Em suma, é a "cultura do convívio" em resposta à recessão global.

Atentas a essas transformações, as multinacionais de alimentos e bebidas investem em embalagens "tamanho família" nos mercados em crise. No Brasil, cresce o número de opções para consumidores que moram sozinhos, os "single", sem deixar de lado as embalagens maiores. "A tendência dos lares solteiros convive com o aumento do poder de compra da população de baixa renda, o que leva os fabricantes a investir também nas versões 'tamanho família'", diz Al-Assal.

De acordo com a pesquisa, a indústria alimentícia mundial deve faturar US\$ 5,9 trilhões em 2014, o que vai representar um crescimento de 37% sobre os cinco anos anteriores. Os segmentos de maior destaque serão os de alimentos funcionais, que devem movimentar US\$ 30 bilhões (alta de 24%); de alimentos orgânicos, com faturamento de US\$ 104,5 bilhões (aumento de 82%); e de congelados, com vendas de US\$ 262 bilhões em 2014, um avanço de 20%.

"As tendências de praticidade e de alimentação saudável são as mais importantes nos próximos anos, independentemente de qual seja o mercado", diz o presidente da Voltage. Há algumas particularidades, porém, como em chocolates e confeitos. "Esse segmento está enxugando em mercados maduros, tendo em vista a preocupação com a obesidade e outros problemas de saúde, mas continua a crescer no Brasil", diz Al-Assal. No mundo, as vendas de chocolates e confeitos devem chegar a US\$ 170 bilhões em 2014, uma alta de 12% sobre os cinco anos anteriores.

O mundo moderno gera outras tendências de consumo: o crescimento do mercado global de "snacks" (bolinhos, biscoitos, salgadinhos etc), que deve movimentar US\$ 334 bilhões em 2015, como resultado de cada vez mais horas dedicadas ao trabalho e menos tempo para comer em casa ou na rua.

Varejo disputa vendas de carnes. Luiz Henrique Mendes e Bettina Barros – Valor Econômico. 04/06/2012

Para o sindicato que representa os açougues, foi o atendimento 'personalizado', e não os impostos mais baixos, que alavancou o crescimento da clientela

Com queda expressiva nas vendas de carne bovina nos últimos anos, grandes redes de varejo do país partiram para o contra-ataque na tentativa de reaver a participação de mercado de um dos segmentos mais prestigiados nas gôndolas - e responsável por 10% do faturamento de R\$ 240 bilhões ao ano dos supermercados.

No centro do embate está a suspensão do recolhimento de PIS/Cofins da cadeia de produção de carne bovina no mercado interno, que transferiu os custos do tributo ao varejo e acabou tirando a competitividade dos supermercados. Por outro lado, os pequenos açougues de bairro, que são beneficiados por um regime diferenciado de tributação, vêm roubando clientes de grupos polpudos como Pão de Açúcar, Walmart e Carrefour.

Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), as vendas de carnes despencaram até 20% nas grandes redes desde 2010, enquanto que nos açougues o movimento só tem crescido. Mais que isso: além do baque nas vendas, os varejistas alegam que a tributação menor também pode estar incentivando a informalidade na cadeia produtiva da carne, dado o menor poder de fiscalização sobre estes estabelecimentos *[ler matéria ao lado]*.

"O que nós sentimos é que há uma queda nas vendas do setor de carnes nos supermercados e um avanço dos açougues", disse ao **Valor** Sussumo Honda, presidente da Abras. "Enquanto nossa participação cai, percebemos também o aumento do abate não fiscalizado que parece ser absorvido por esse tipo de comércio [açougues ou pequenos supermercados com alíquota diferenciada de PIS/Cofins]", analisa.

Basicamente, a Lei 12.059, sancionada em outubro de 2009, suspendeu a cobrança das contribuições de PIS e Cofins na cadeia da carne bovina no mercado interno, o que não incluiu o varejo e, portanto, os supermercados. De acordo com o advogado Fábio Calcini, do escritório Brasil Salomão e Mathes Advogados, os supermercados tinham direito ao ressarcimento de um crédito presumido de 9,25% de PIS e de Cofins até a publicação da legislação. Com o novo regime de tributação, os lojistas passaram a ter direito a apenas 3,7% de crédito presumido, sendo que o supermercado é obrigado a repassar integralmente os 9,25% de PIS e Cofins ao consumidor.

Para Honda, da Abras, o novo modelo de tributação fez com que os preços da carne bovina subissem 6%. "E isso se traduz em 25% de impacto na rentabilidade dos supermercados", diz. "Pra resolver o problema do frigorífico, o governo jogou o recolhimento do imposto no nosso colo".

Mas, segundo Calcini, a queixa dos supermercados é legítima. "O supermercado também tinha que entrar na cadeia da desoneração das carnes", afirma, citando o exemplo do segmento de hortifruti, em que toda a cadeia, da produção ao varejo, teve a cobrança da PIS e Cofins suspensa.

O advogado explica que os açougues de bairro ou mesmo pequenos supermercados não estão sujeitos à mesma base de tributação, porque podem ser enquadrados no Simples - sistema que contempla estabelecimentos cujo faturamento anual não ultrapasse R\$ 3,6 milhões. No caso das empresas enquadradas nesse sistema, o peso de todos os tributos - e não só PIS e Cofins - ficam entre 4% e 11,61%, a depender do faturamento.

A maior parte dos açougues pode receber os benefícios do Simples. Pedro Cunha, diretor do Sindicato de Comércio Varejista de Carnes Frescas do Estado de São Paulo, afirma que a receita com vendas da maioria dos açougues não ultrapassa R\$ 1 milhão. Ao todo, o Estado de São Paulo conta com 37 mil açougues, conforme a entidade de classe. Desse total, 80% faturam até R\$ 240 mil por ano, enquanto a receita com as vendas de 18% desses estabelecimentos atinge no máximo R\$ 1 milhão. Apenas 2% dos açougues paulistas têm um faturamento superior a R\$ 2 milhões.

O presidente do sindicato dos proprietários de açougues, Manoel Henrique Farias Ramos, reconhece o avanço da categoria ao longo dos anos. Segundo ele, a participação dos açougues na venda de carnes no varejo atingiu seu pior momento nos anos 1990, justamente no período de consolidação das redes de supermercados. Naquela década, diz Ramos, os açougues foram responsáveis por apenas 30% das vendas de carnes, muito pouco se comparado aos 70% das décadas de 1970 e 1980. Nos últimos anos, porém, a participação dos açougues voltou a crescer, para os atuais 40%, conforme Ramos.

De acordo com o dirigente, o fator que alavancou o recente crescimento dos açougues não foi a tributação mais pesada de PIS e Cofins sobre os supermercados. "A vantagem do açougue é o atendimento personalizado. No supermercado, você se depara com aquela vitrine e não sabe o que fazer. O supermercado praticamente eliminou o açougueiro", afirma Ramos.

Além do atendimento diferenciado, explica Ramos, os açougues passaram a apostar num modelo de negócios em rede. "Nos últimos cinco anos, os açougues estão recuperando o espaço perdido na competição com uma capacidade de organização mais agrupada, criando escala de compra. Essa é uma tendência que deve se consolidar", diz ele.

De acordo com o presidente do sindicato, a participação dos pequenos açougues, hoje majoritária, deve cair bastante nos próximos anos. E no caso das redes de açougues, o dirigente acrescenta que o impacto da cobrança de PIS e Cofins é tão desastroso quanto para os supermercados. "Nós também pagamos o imposto. Se o PIS/Cofins não for tirado, os açougues vão quebrar", ressalta ele, citando o início de uma campanha para alertar os consumidores sobre as distorções da tributação de PIS e Cofins. "O governo fez uma cortesia com o chapéu alheio, passando a conta para o varejo. Não queremos pagar menos. Queremos equidade", afirmou.

Cúpula dos Povos: roteiro para a soberania alimentar. Rodrigo Otávio – Site da Agência Carta Maior. 05/06/2012

A soberania alimentar é o tema de uma das plenárias de convergência da Cúpula dos Povos, evento paralelo a Rio + 20 que será realizado entre 15 e 23 de junho no Aterro do Flamengo. O engenheiro agrônomo Horacio Martins vê a retomada da agricultura familiar como ponto crucial para a reversão da atual ordem mundial, onde cerca de 12 grupos multinacionais controlam o mercado, manipulando formas de produção e especulando preços. "A agricultura passou a ser um dos maiores negócios do mundo", diz.

Rio de Janeiro - A soberania alimentar é o tema de uma das plenárias de convergência da Cúpula dos Povos, evento paralelo a Rio + 20 que será realizado entre 15 e 23 de junho no Aterro do Flamengo. Na dinâmica do evento, os resultados das plenárias de convergência serão encaminhados para a Assembleia dos Povos, que nos últimos três dias da cúpula definirá as agendas e lutas para o período pós Rio+20.

A partir do conceito de soberania alimentar como “o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, advindos do direito de decidir o próprio sistema alimentar e produtivo”, definido pela Via Campesina em 1996, durante a Cúpula Mundial sobre Alimentação da agência das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o engenheiro agrônomo Horacio Martins vê a retomada da agricultura familiar como ponto crucial para a reversão da atual ordem mundial, onde cerca de 12 grupos multinacionais controlam o mercado, manipulando formas de produção e especulando preços.

“A agricultura passou a ser um dos maiores negócios do mundo. O volume financeiro no comércio de alimentos processados entre 2010/11 foi de US\$ 3,5 trilhões”, afirma o membro da Associação Brasileira de Reforma Agrária. “Não é mais o custo de produção que determina o preço. O preço é determinado fora. A Bolsa de Chicago movimenta financeiramente em um ano o equivalente a 46 vezes a produção mundial de trigo, e 24 vezes a de milho”, exemplifica Martins.

Novo campesinato
Segundo o agrônomo, o processo de construção da soberania alimentar recai em alguns lugares comuns. O primeiro é a necessidade de uma reforma agrária ampla, ligada a uma soberania nacional e popular, para que “não o mercado decida o que nós devemos comer, mas sim uma política nacional de alimentação que acabe com a tirania da dieta alimentar definida pelas multinacionais a partir dos produtos agrícolas rentáveis”.

Martins é taxativo. “Precisamos criar camponeses!”, e propõe um novo olhar sobre esse campo. “O camponês como modo de produção e como classe social. Ele tem uma especificidade que não é nem o produtor simples de mercadoria, nem a pequena burguesia, mas uma nova abordagem da questão camponesa, Ele e o trabalho da terra com sua família, uma família moderna, contemporânea, estudando”, diz.

Para o trabalho da terra desembocar na mesa de jantar sem especulação, a retomada dos circuitos curtos de mercado é o caminho ideal, na visão do agrônomo. “Só equaciono a soberania alimentar com a oferta de alimentos saudáveis nos mercados locais e produção regional, contra as ‘mercadorias de não lugar’”, afirma, pontificando que esse cenário representa “o processo de desconcentração e democratização do uso da terra e da oferta de serviços”.

Tecnologia

Para Martins, outra vantagem desse modelo seria forjar um novo padrão tecnológico, a partir da agroecologia para o pequeno. “Se agrotóxicos, fertilizantes e sementes estão na mão das multinacionais, o padrão é dado de fora para dentro. E nossas políticas públicas e empresas de pesquisas passam a ser determinadas por esse grande mercado, sem emancipação e liberdade”, diz ele.

**Vamos ter comida para 9 bilhões? Com a degradação dos recursos naturais não se sabe se o cultivo de alimentos acompanhará o crescimento populacional.
Bruna Borges - Folha de São Paulo, Especial. 05/06/2012**

A ONU (Organização das Nações Unidas) estima que em 2050 o planeta chegue a 9 bilhões de pessoas e que seja necessário um aumento de 70% na produção de alimentos para suprir a população.

O desafio é ampliar a produtividade sem comprometer ainda mais as fontes de recursos naturais. Com as mudanças climáticas, a degradação dos rios e a disponibilidade de terra limitada, porém, não há segurança de que a meta seja alcançada.

Para o Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola), o que falta para atingir esse objetivo é a boa gestão dos recursos. Segundo a entidade, a produção do alimento é expressiva, mas parte dela é desperdiçada.

No cálculo da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), 25% dos alimentos produzidos mundialmente são perdidos na cadeia produtiva durante a colheita, o armazenamento e a comercialização. A ineficiência da distribuição, concentrada em regiões mais ricas, também contribui para o desperdício e explica por que ainda existe fome no Brasil, país tido como celeiro do mundo.

"Produzimos mais do que necessitamos e, se mantivermos esse padrão de consumo, não alcançaremos a meta estabelecida pela ONU em 2050", afirma Maurício Lopes, diretor-executivo da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

MENOS IMPACTO

A produção está relacionada à disponibilidade e à qualidade da terra. Se as condições de clima, solo e água se degradam, a oferta de alimentos diminui.

Uma das maneiras de evitar a queda de produtividade é resgatar e manter o equilíbrio do ecossistema e aplicar técnicas com menos impactos nocivos ao ambiente.

Essas práticas garantem a melhor fertilização do solo e o aperfeiçoamento da gestão biológica das plantas.

O Brasil é referência mundial em técnicas agrícolas na zona tropical por evitar a degradação do solo e extrair mais produtividade dos recursos disponíveis.

Foi o que aconteceu com a Fazenda Santa Brígida, em Ipameri (GO), uma propriedade que tinha solo pouco fértil e só dava prejuízo. Com auxílio da Embrapa, técnicas economicamente viáveis e ambientalmente corretas foram aplicadas -hoje a área lucra e é modelo de produtividade no cerrado.

Um método utilizado na agricultura sustentável é integrar floresta, agricultura e pecuária na mesma área e aumentar a produção com a biodiversidade.

O governo estima que seja possível duplicar a produção de grãos e de produtos florestais e triplicar a de pecuária nos próximos 20 anos só com a recuperação de pastagens e a utilização dessa tecnologia.

A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) prevê mostrar durante a Rio+20 exemplos de recuperação da terra.

"Teremos um túnel virtual para explicar à sociedade a importância de tirar uma fazenda de um solo fraco e maltratado e a melhora de tudo isso por meio de tecnologia e boas práticas", afirma a senadora Kátia Abreu, que comanda a entidade ruralista.

AGROTÓXICOS

Luis Fernando Guedes Pinto, gerente de certificação do Imaflora, ressalta que um dos entraves ao desenvolvimento sustentável no país é a visão atrasada de que agropecuária que desmata e degrada o ambiente produz mais.

Um exemplo disso é o uso indiscriminado de veneno contra as pragas para viabilizar a produção. A agricultura brasileira ainda é bastante dependente de agrotóxicos. Seu uso descuidado pode ser prejudicial à saúde do agricultor e degradar o ambiente, mas, ainda assim, o país é o maior consumidor do mundo desses defensivos.

"Falta investimento e assistência ao produtor. A principal 'escola' dos agricultores são os vendedores de agrotóxicos. Precisa haver mais orientação de cultivo sem o interesse econômico envolvido", afirma Guedes Pinto.

Como alternativa ao uso excessivo de agrotóxicos, há o controle biológico das pragas, como ocorre na Fazenda Nata do Vale, em Serra Negra (SP), onde eles foram substituídos por fungos para evitar a infestação de insetos.

O dono da fazenda, Ricardo Schiavinato, hoje cultiva alimentos orgânicos, mas reclama da falta de incentivos. "Essa produção só se sustenta no médio e longo prazos."

No Brasil, há cerca de 15 mil produtores de orgânicos. Em 2009, o país cultivava 6,18 milhões de hectares de terra com esse tipo de alimento -a Finlândia é o maior produtor (7,4 milhões de hectares).

70% da água doce consumida no mundo é usada na agricultura, que é responsável ainda por 13% das emissões de gases.

O AVANÇO DOS TRANSGÊNICOS

Em meio à discussão de como produzir mais alimentos, o cultivo de transgênicos cresceu 8% nos 29 países que adotam a tecnologia, segundo o ISAAA (instituto internacional que faz o acompanhamento do setor). O Brasil liderou esse avanço, pelo terceiro ano consecutivo, com uma expansão de 20% em 2011 em relação à produção do ano anterior.

MILAGRE DOS PEIXES

A aquicultura cresceu 260% desde 1992 em todo o mundo. No Brasil, a criação de peixes aumentou 122% entre 2007 e 2011; a pesca de captura subiu 12%.

MAIS CARNE NO PRATO

Em 2050, o consumo de carne deve ser 74% maior do que era em 2000. Serão 460 milhões de toneladas ou 50 quilos per capita por ano (hoje são 43 quilos), segundo dados da ONU. No caso de cereais, a expectativa é de um aumento de 43%.

70% da população mundial viverá em grandes centros urbanos em 2050, conforme estimativas das Nações Unidas; atualmente, pouco mais da metade mora em cidades, que já são responsáveis pelo consumo de 75% da energia e por 75% das emissões de carbono.

45% é o quanto aumentou a produção mundial de alimentos desde a Eco-92 -no mesmo período, o crescimento demográfico foi de 26%. A estimativa é que quase 1 bilhão de pessoas ainda passem fome.

Só 30% de embalagens são recolhidas no Rio. Apesar de projeto custeado pela indústria, MP estima que pequena parte dos recipientes de agrotóxicos é coletada. Carla Rocha, Fábio Vasconcellos e Natanael Damasceno – O Globo. 05/06/2012

VENENO EM DOSES DIÁRIAS

O uso excessivo dos agrotóxicos nas lavouras não é o único responsável pela contaminação ambiental e pela intoxicação dos pequenos agricultores. Apesar de a legislação em vigor determinar que as indústrias recolham as embalagens de agrotóxicos e fertilizantes, o descarte e a reutilização dos recipientes são um problema ainda não resolvido nas áreas rurais. Segundo o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev), criado pela indústria para atender à legislação, 94% dos vasilhames de agrotóxicos já são recolhidos adequadamente no Brasil. No entanto, para a promotora Anaíza Helena Malhades Miranda, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Teresópolis, a situação na região é diferente. Ela diz que, ao menos da Região Serrana, hoje só 30% das embalagens que chegam ao mercado voltam aos centros de recolhimento.

- Em agosto de 2010, as empresas produtoras e revendedoras dos produtos assinaram um termo de ajustamento de conduta que melhorou muito a situação. Elas passaram a receber as embalagens vazias para encaminhá-las ao posto de recolhimento de Conquista, em Nova Friburgo. Com isso, houve um aumento de mais de 2.000% na quantidade de embalagens recolhidas aqui, mas ainda assim apenas 30% são retiradas do meio ambiente.

Secretário diz que serviço deve ser ampliado

- Em agosto de 2010, as empresas produtoras e revendedoras dos produtos assinaram um termo de ajustamento de conduta que melhorou muito a situação. Elas passaram a receber as embalagens vazias para encaminhá-las ao posto de recolhimento de

Conquista, em Nova Friburgo. Com isso, houve um aumento de mais de 2.000% na quantidade de embalagens recolhidas aqui, mas ainda assim apenas 30% são retiradas do meio ambiente.

Secretário diz que serviço deve ser ampliado A legislação que prevê o recolhimento das embalagens é antiga, de 1998, mas o decreto que regulamentou a matéria só foi assinado em 2002. O texto diz que os recipientes, após a utilização, devem ser devolvidos aos fabricantes ou aos estabelecimentos de venda que são responsáveis pela destinação final. Segundo o Inpev, o recolhimento feito nos três postos fluminenses da entidade (Paty, Campos e Friburgo) vem aumentando. O órgão diz que foram recolhidas 22 toneladas de embalagens em 2010 e 68 toneladas em 2011. E que a maior parte desse material foi destinada à reciclagem.

Repórteres do GLOBO estiveram no de Paty do Alferes e constaram que o local, que também poderia fazer o beneficiamento das embalagens, não prestava esse serviço. Projetada para realizar esse trabalho, a unidade passou a fazer apenas o recolhimento, devido à pequena demanda. Na Região Serrana, onde funciona outro posto do Inpev, foram encontradas embalagens jogadas em córregos e em meio a lixo doméstico.

Para a promotora Anaíza Helena, ainda há um longo caminho a percorrer:

- Há uma demanda reprimida muito grande e um passivo ambiental impossível de calcular, uma vez que a legislação só passou a exigir o recolhimento em 2002. Onde estão essas embalagens que não foram recolhidas antes? As que não foram queimadas pelos agricultores devem estar enterradas ou nas margens de rios e córregos.

Na avaliação do secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc, o Rio tem apresentado bons resultados no recolhimento dos recipientes. Mas ele diz que ainda é preciso ampliar o trabalho de conscientização dos agricultores com relação ao uso de agrotóxicos:

- O Rio melhorou muito o recolhimento dos recipientes. Hoje temos um trabalho em parceria com a Secretaria de Agricultura, para levar informação aos pequenos agricultores, explicar como eles podem ajudar a recuperar 490 microbacias, reduzindo a quantidade de agrotóxicos e recolhendo as embalagens.
-

Tóxico também para o ambiente. Pesquisas mostram contaminação de ar, solo e água em cidades agrícolas fluminenses. Carla Rocha, Fábio Vasconcellos e Natanael Damasceno - O Globo. 05/06/2012

VENENO EM DOSES DIÁRIAS

O solo, a água e até o ar de cidades do Estado do Rio estão contaminados com ingredientes ativos usados nas fórmulas de agrotóxicos. O GLOBO teve acesso a pesquisas científicas mostrando que a presença de substâncias de agroquímicos põe em risco regiões agrícolas, como Paty do Alferes, no Centro-Sul do estado, Campos, no Norte, e até áreas de importância ecológica, como a Serra dos Órgãos, onde está o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. A terceira reportagem da série "Veneno em doses diárias" mostra que o meio

ambiente do estado já sofre o impacto do uso indiscriminado dessas substâncias. No domingo, um levantamento do jornal revelou que os índices de suicídios e mortes por câncer são mais altos nas regiões Centro-Sul, Serrana e Noroeste Fluminense. Apresentada no ano passado no Instituto Carlos Chagas, da UFRJ, uma tese de doutorado revelou altas concentrações de endossulfan - substância usada em agrotóxicos - no Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

Realizadas em até mais de dois mil metros de altura, entre 2007 e 2008, as medições constataram taxas que variavam de 50 a 5,5 mil picogramas por metro cúbico na atmosfera, até cinco vezes mais do que medições feitas em pesquisas semelhantes na Bolívia, superando também índices da Europa e dos EUA. Na ocasião, foi constatada situação igualmente grave no Parque Nacional São Joaquim, em Santa Catarina.

- Esse tipo de poluição pode ser apenas a ponta de um iceberg. Precisamos avançar mais com as pesquisas para saber, por exemplo, de onde vem esse poluente. Uma das hipóteses é que parte possa estar vindo da Região Sul do país, trazida pelas correntes de ar. Outra parte pode ter origem no uso intensivo em lavoura próximo à Serra dos Órgãos. O mais importante é saber que esses produtos são persistentes e contaminam o ar no local onde ele é aplicado e em áreas distantes - explica o biólogo e autor da tese, Rodrigo Meire, que fez a pesquisa em parceria com o Instituto Environment Canada e a Universidade Tecnológica do Paraná.

O endossulfan foi proibido no Rio depois da pesquisa e de um desastre, em 2008, em que oito mil litros da substância vazaram do depósito de uma empresa em Resende nos rios Pirapitinga e Paraíba do Sul. Banido em 44 países, o produto também já foi proibido no Brasil. No entanto, o estoque ainda existente no país pode ser vendido até 2013.

O médico epidemiologista Sérgio Koifman, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública e Meio Ambiente da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, explica que o endossulfan é um organoclorado que tem efeitos graves na saúde humana.

- É um tema seriíssimo. Todos os organoclorados têm uma estrutura química parecida com a de alguns hormônios humanos. A exposição a eles pode enganar o organismo, passando a mensagem de que há um "hormônio" atuando, quando na verdade não há. Isso pode provocar sérias modificações no sistema reprodutivo, na tireoide, nas glândulas em geral. Todo o sistema hormonal pode ser afetado - explica Koifman, observando que, na Dinamarca, estudos indicam que a exposição a algumas substâncias químicas já afetou

consideravelmente o sistema reprodutivo da população masculina e antecipou em um ano o período de puberdade em mulheres.

- A questão é que todos esses pesticidas podem causar uma gama de efeitos nocivos à saúde, de malformações congênitas a cânceres.

Em 2003, o professor e pesquisador Marcelo da Motta Veiga, do Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, que há anos estuda o assunto, analisou os riscos de contaminação, por agrotóxicos, da água de rios e poços usada pela população da região onde se planta tomate em Paty do Alferes. Foram recolhidas cinco amostras, num total de 135, em 27 pontos de coleta selecionados. Desse total, apenas oito não apresentaram contaminação detectável. Duas amostras tinham contaminações que ultrapassavam o permitido pela legislação.

- É um problema real. Os índices, embora apenas dois estivessem acima do determinado pela legislação, são elevados. Nesses lugares, a população é pobre, trabalha muito e às vezes vive num lugar horrível. Eles usam muito mais agrotóxicos do que deveriam e de forma errada – observa.

Já pesquisadores da Universidade Estadual do Norte Fluminense constataram a contaminação de corpos aquáticos superficiais num assentamento de agricultores. O foco do estudo foi uma área de agricultura familiar com cultivo de abacaxi, cana-de-açúcar, maracujá e mandioca, onde são utilizados vários tipos de agrotóxicos.

- A pesquisa ainda está em andamento, mas a gente já detectou contaminação num assentamento onde a maior parte da plantação é de abacaxis - afirmou Maria Cristina Canela, doutora em química e coordenadora da pesquisa.

Foram analisadas amostras de poços rasos no entorno das residências, utilizados como fonte de água potável, para serviços domésticos e irrigação. Na maioria das amostras, havia o composto paration metílico, organofosforado proibido na maior parte dos países da Europa. Mesmo que os níveis encontrados em boa parte dos poços estivessem dentro dos limites fixados pelo Conama, a conclusão é que alguns poços estavam impróprios para o consumo.

O engenheiro agrônomo Márcio Fernandes da Silva diz que falta orientação ao pequeno agricultor:

Ele compra o produto em qualquer loja. Na maior parte das vezes, é orientado pelo balconista. A maioria dos produtores tem pouca instrução e dificuldade de entender o que está nas embalagens. Como não acredita que a dosagem seja suficiente para matar as pragas, ele aumenta por conta própria o volume de veneno. Esse excesso contamina o solo e escorre para os cursos d'água, que ele e o vizinho usam.

Os mitos e as verdades sobre agrotóxicos. Especialistas esclarecem dúvidas sobre defensivos agrícolas e ensinam consumidor a evitar alimentos contaminados. Carla Rocha, Fábio Vasconcellos e Natanael Damasceno – O Globo. 07/06/2012

VENENO EM DOSES DIÁRIAS

A polêmica sobre o uso de agrotóxicos gera incertezas sobre o consumo seguro de alimentos. Para esclarecer o consumidor, O GLOBO ouviu especialistas que deram dicas para a escolha dos produtos na hora da compra e abordaram velhos tabus que cercam o assunto, de forma objetiva. Entre os estudiosos ouvidos, é quase unânime o entendimento de que não há como estabelecer níveis seguros de ingestão de agroquímicos para a saúde humana - ainda objeto de estudo no mundo inteiro - e que não há receitas mágicas capazes de limpar completamente um alimento contaminado. Mas, na impossibilidade de se consumir orgânicos certificados, alguns cuidados podem ser tomados.

Não é possível "limpar" completamente os resíduos de agrotóxicos, porque a maioria tem efeito sistêmico e chega à parte interna do alimento. O produto deve ser lavado com

água e sabão neutro, com o cuidado de enxaguá-lo ao final. Também pode-se deixá-lo de molho em vinagre ou em uma solução de cloro por alguns minutos. As medidas, porém, apenas minimizam a carga química porque o principal efeito é eliminar bactérias e fungos.

Nem sempre as frutas ou legumes maiores e com cores mais vibrantes são os mais saudáveis. O uso de agrotóxicos, associados a adubos químicos, tende a aumentar e a dar aspecto saudável ao alimento. Uma das maiores especialistas no assunto do país, a médica e professora da Universidade Federal do Ceará, Raquel Rigotto, observa que o consumidor não deve se deixar levar pela aparência. "Costumo brincar que se tiver uma larva na goiaba, brigue por ela. Se o bichinho não morreu, é sinal de que pode ter sido usada uma quantidade menor de veneno". Vale observar, no entanto, que nem sempre o bom aspecto do alimento está relacionado a uso indiscriminado de agrotóxico já que novas técnicas de cultivo também podem ter sido usadas.

Cuidados

O consumidor deve dar preferência ao produto embalado com o selo do produtor, que lhe dará uma garantia maior de procedência. O engenheiro agrônomo Waley Nascimento, chefe-adjunto de transferência de tecnologia da Embrapa Hortaliças, afirma que, com o selo, o "produtor está mostrando a cara", permitindo um maior controle por parte dos supermercados. Raquel Rigotto sugere que o consumidor retire a casca dos alimentos e, sempre que possível, os compre ainda verdes, deixando que amadureçam em casa. Assim, pode-se minimizar um risco de o prazo de carência - intervalo de tempo entre a última pulverização do agrotóxico e a liberação do alimento para o consumo - não ter sido respeitado. A diretora do Instituto de Nutrição Josué de Castro da UFRJ, Eliane Fialho, também dá uma dica importante: prefira os alimentos da safra, que têm mais qualidade nutricional e provavelmente exigiram menos uso de agrotóxicos.

Câncer

Pesquisas científicas sugerem uma associação da doença com o uso de agrotóxicos, principalmente entre agricultores. Por isso, os estudiosos do assunto dizem que não há como falar em doses seguras para a lavoura e o consumo. Essas substâncias também podem causar outros problemas, como Mal de Parkinson e alterações do sistema reprodutivo e neurológico. Mas o professor Ângelo Trapé, da Unicamp, afirma que as análises da própria Anvisa mostram que os alimentos da agricultura convencional são seguros para o

consumo. Ele garantiu que nunca atendeu paciente com problema de saúde relacionado à ingestão de alimentos contaminados. Já o gerente geral de toxicologia da Anvisa, Luiz Cláudio Meirelles, afirma que os produtos reprovados em análises da agência estão impróprios para consumo.

Pela informação nutricional adequada. Levantamento mostra que rótulos de alimentos para crianças contêm dados para adultos. Luiza Xavier – O Globo, 10/06/2012

As tabelas atuais nas embalagens da maioria dos produtos industrializados, principalmente os dirigidos para crianças, não fazem distinção entre as necessidades

nutricionais de adultos e crianças. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) analisou rótulos de oito produtos e concluiu que, em metade deles, as crianças consomem até oito vezes mais sódio do que a quantidade diária recomendada para um adulto.

Produtos como biscoitos, frango empanado, macarrão instantâneo, bolinho doce e salgadinhos de milho e outros alimentos industrializados, por determinação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), devem mostrar nos rótulos a tabela nutricional com indicações das quantidades de calorias, gordura, carboidratos e sódio que o produto contém.

Os fabricantes têm cumprido a legislação. Mas, diante do aumento dos casos de obesidade infantil - hoje, um em cada três meninos e meninas de 5 a 9 anos está acima do peso normal para a idade, segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE - o Idec propõe um debate público para que os valores indicados nos alimentos com apelo infantil - aqueles com desenhos de personagens, cores vibrantes, brindes, entre outros itens - sejam adaptados.

Manual da Anvisa alerta sobre consumo excessivo de sódio

Algumas empresas divulgam em seus sites tabelas nutricionais para diferentes faixas etárias, mas nem todas realizam essa prática.

Uma das bases do Código de Defesa do Consumidor é o direito à informação. E é isso que não está sendo respeitado. Embora a Anvisa ainda não tenha norma específica para rótulos de produtos para crianças, creio que as empresas poderiam se antecipar e promover essa mudança. Seria uma iniciativa de responsabilidade social - afirma Karina Alfano, gerente de relacionamento do Idec e coordenadora do levantamento.

De acordo com o instituto, em relação à dieta de duas mil calorias diárias, indicada para adultos, o percentual de sódio do minichicken Turma da Mônica, por exemplo, representa 38% da quantidade diária recomendada. Considerando as necessidades de uma criança com idade entre 4 e 6 anos, a quantidade do nutriente presente no alimento representa 306% do indicado.

O percentual de sódio do salgadinho Fandangos, segundo a análise do Idec, é de 8% para um adulto, mas para uma criança entre 4 e 6 anos, a quantidade é de 63%.

Um alerta sobre as consequências da ingestão excessiva de sódio consta do manual da Anvisa produzido para ajudar o consumidor a "interpretar" as tabelas de informação nutricional nos rótulos. "O sódio está presente no sal de cozinha e em alimentos industrializados (salgadinhos de pacote, molhos prontos, embutidos, produtos enlatados com salmoura) devendo ser consumido com moderação, uma vez que o consumo excessivo pode levar ao aumento da pressão arterial. Evite os alimentos que possuem alto percentual de valores diários recomendados (VDR) em sódio", ressalta o texto produzido pela agência reguladora.

- As necessidades nutricionais das crianças são muito diferentes das de um adulto, usar o parâmetro de um adulto pode confundir e levar a enganos. É importante que os pais estejam atentos a isso. Seria necessário que produtos destinados ao público infantil trouxessem os valores diários recomendados para este grupo. Ou um aviso de fácil leitura junto da tabela de informação nutricional informando que aquela é uma recomendação para adultos - sugere Daniel Bandoni, professor adjunto do curso de nutrição da Universidade Federal de São Paulo (USP).

As empresas, no entanto, argumentam estar cumprindo a lei. Em nota, a Bimbo do Brasil, detentora da marca do bolinho Ana Maria, informou que "atua em consonância com as determinações legais exigidas pela legislação brasileira vigente em relação a produção e a rotulagem de seus produtos." A resposta da fabricante do biscoito Trakinas, é semelhante: "A Kraft Foods informa que cumpre com todas as legislações vigentes aplicáveis ao seus produtos."

Fabricante do salgadinho Fandangos, a PepsiCo Brasil, diz cumprir a legislação vigente "em todos os países onde opera e reitera o respeito à comunidade em seus quase 60 anos de atuação no país." E acrescenta que "em relação à pesquisa divulgada pelo Idec, a empresa informa que atua de acordo com a norma da Anvisa número 359/2003 que recomenda que dados nutricionais diários para indivíduos acima de 36 meses sejam baseados em informações de duas mil calorias".

Empresas afirmam seguir legislação sobre rotulagem

A BRF Brasil Foods, que produz o minichicken Turma da Mônica Perdigão, afirmou que já coloca à disposição produtos melhorados com teor reduzido de sódio e gordura. "Diferentemente do exposto pelo Idec, o Valor Diário de Referência (VDR) para sódio para crianças não é 300mg, bem como a parcela de valor diário por porção de calorias e sódio nos produtos Turma da Mônica Perdigão não é de 38% para adultos e 306% para crianças. Com o perfil nutricional melhorado, os produtos têm de 13% a 14% de VDR de calorias e 20 a 22% do VDR de sódio por porção, considerando uma dieta de 2 mil calorias. Considerando 1.200 mg de sódio, que é a necessidade para crianças de 4 a 8 anos, a parcela do VDR vai de 40 a 43%", justificou a empresa.

Na avaliação da advogada Ekaterine Karageorgiadis, do Projeto Criança e Consumo, do Instituto Alana, e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), mesmo cumprindo a lei, as empresas deveriam se envolver no debate proposto pelo Idec e "fazer mais, não apenas o mínimo".

- A comunicação mercadológica dirigida a crianças não deveria acontecer. Mas a iniciativa do Idec é muito válida. Afinal, muitos pais acabam comprando esses produtos porque na embalagem há destaque para as vitaminas que o produto contém. E pode ser verdade. Porém, na maioria dos casos, eles não são devidamente informados a respeito da quantidade de gorduras, carboidratos e sódio em excesso contidas no mesmo alimento - afirma a advogada.

Agrotóxicos podem ter causado mortandade. Dicler de Mello e Souza – O Globo. 13/06/2012

Técnicos do Inea coletam amostras de água do Rio Piraí, onde peixes agonizam; região tem fazendas, além de indústrias

Uma mortandade de peixes, que começou anteontem, no Rio Pirai, em Barra do Pirai, levou técnicos do Instituto Estadual do Meio Ambiente (Inea) a coletar ontem amostras de água no local. Segundo o biólogo Michel Bastos, da superintendência do Inea do Sul Fluminense, uma das possibilidades é que agrotóxicos usados em fazendas da região tenham contaminado o ribeirão Sacra Família, que deságua no Pirai.

- Na região onde ocorreu a mortandade há várias fazendas. Pode ter vazado agrotóxico de uma delas. Também existem várias indústrias, inclusive de corantes. Já fiscalizamos algumas delas, mas não constatamos vazamentos de produtos tóxicos. Por isso, levantamos a suspeita do efluente que vazou ter sido agrícola - disse Bastos.

José Maurício Lima, técnico do Inea, disse que o mais provável é que agrotóxicos usados nas lavouras localizadas às margens do rio tenham contaminado a água. Segundo ele, o resultado das análises da água e dos peixes coletados deve demorar, no mínimo, dois dias. A Defesa Civil de Barra do Pirai solicitou que os moradores do município não pesquem nem consumam a água do rio até a conclusão da avaliação pelo Inea.

Quatro estações de captação de água de Barra do Pirai - Parque Santana, Matadouro, Coimbra e Vila Helena - tiveram os serviços paralisados, e a recomendação é que a população economize água. Alguns moradores disseram que começaram a avistar vários peixes mortos ou agonizando a partir da noite de segunda. Outros afirmaram que a mortandade começou no início da manhã de ontem quando a água do Sacra Família teria mudado de cor, passando a apresentar uma tonalidade acinzentada.

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente de Barra do Pirai, ainda não se sabe quantos animais e quais espécies foram afetadas.

Uma série do GLOBO, publicada no início de junho, mostrou os danos à saúde e à natureza provocados pelo uso sem controle de agrotóxicos nas regiões agrícolas do estado. Segundo Michel Bastos, a última grande mortandade no Sul Fluminense aconteceu em 2008, quando 80 toneladas de peixes morreram. Na ocasião, uma indústria deixou vazar o pesticida endossulfan no Rio Pirapertinga, um afluente do Rio Paraíba do Sul.

Cresce a disputa pelos bebês da classe C. Daniele Madureira – Valor Econômico. 13/06/2012

São 3 milhões de bebês nascidos ao ano no Brasil, número que se mantém estável, pelo menos desde 2009. Mas o mercado de alimentação infantil vem dando saltos de crescimento de dois dígitos e em 2011 as vendas já ultrapassaram R\$ 1 bilhão. Nas mamadeiras e nos pratinhos dos bebês até três anos há mais papinhas, cereais e fórmulas infantis (ou leites especiais, que se assemelham ao leite materno) e a competição entre os fabricantes aumenta.

O acirramento da concorrência com a líder absoluta Nestlé e o maior poder de compra da classe média explicam o bom desempenho das vendas. Nos últimos anos, quem mais tem abocanhado mercado é a Danone. A marca de leite especial Aptamil, da Numico, tinha uma participação insignificante no país em 2007, até a Danone comprar a

fabricante, especialista em alimentação para bebês, diz Gustavo Hildenbrand, diretor da área de nutrição infantil da multinacional francesa. Hoje, Aptamil tem 21% das vendas de leites especiais, que gira em torno de R\$ 700 milhões ao ano.

"Há muito espaço para crescer", diz Gustavo Hildenbrand, diretor da área de nutrição infantil da Danone. "Aqui, a média de consumo é de seis quilos de fórmulas infantis por bebê ao ano, contra 15 quilos da Argentina e cerca de 45 da Europa e de ", afirma. "A concorrência ajuda a desenvolver o mercado". Segundo a Euromonitor, o mercado mundial de nutrição infantil é de US\$ 42 bilhões.

Em fórmulas infantis a propaganda é proibida porque pode influenciar a mãe a optar pela fórmula infantil para o filho de até 12 meses, no lugar do leite materno, considerado o melhor alimento nessa idade. Por isso a disputa se dá nos consultórios de pediatras, que recebem os representantes das fabricantes para demonstrar as qualidades de cada produto que será indicado às mães. "Hoje nós atingimos 15 mil pediatras visitados periodicamente, contra um mil de 2006, antes da compra da Numico", afirma Hildenbrand.

Quem aumentou o número de visitas aos médicos pediatras foi a Mead Johnson, dona da marca Enfamil. A empresa, que também fabrica Sustagen, começou há um ano e meio a formar sua rede de médicos, antes pouco significativa no país. "Atualmente, visitamos 4 mil médicos regularmente", diz Nestor Sequeiros, gerente geral da Mead Johnson Nutrition no Brasil.

A distribuição de Enfamil, no entanto, está concentrada em São Paulo (interior e capital), Rio de Janeiro e Belo Horizonte. "Vamos ganhar maior consistência nesses mercados para depois partirmos para a expansão", diz Sequeiros. Este ano, a multinacional americana formou uma joint venture com a argentina Sancor na área de nutrição infantil, empresa da qual passou a deter 80%. "Com isso, vamos acelerar a distribuição dos nossos produtos no país", afirma. "Se antes, de navio, o carregamento demorava um mês para vir do México, agora temos que esperar uma semana para recebê-lo da Argentina, de caminhão", diz ele.

A única empresa que fabrica fórmulas infantis no país é a Nestlé que, apesar de ter perdido espaço nos últimos anos, permanece como líder absoluta no segmento: market share de 76% em valor, com as marcas Nan e Nestogeno. "Durante muito tempo tivemos quase 100% do mercado. É natural que, com a entrada de concorrentes, essa participação caia", diz Serena Aboutboul, diretora de nutrição infantil da Nestlé Brasil, garantindo que as vendas da empresa continuam em ascensão.

Para a executiva, o principal fator que vem fazendo o mercado de nutrição crescer dois dígitos ao ano é a mudança cultural provocada pelo aumento do poder aquisitivo da população. "Informadas pela classe médica, mídia e governo, as mães se vêm se conscientizando que, na falta do leite materno, o melhor substituto é a fórmula infantil, não o leite de vaca, que sempre foi a segunda opção", diz.

Mais do que uma questão cultural, o leite de vaca era a escolha mais barata do que a fórmula infantil, cuja lata de 400 gramas pode custar mais de R\$ 20. No entanto, com o maior poder de compra da classe C, as crianças passam a ser tratadas com mais leite especial, cereais e papinhas.

"A região Nordeste é a que mais impulsiona o crescimento dessas categorias", diz Serena. Por isso, a Nestlé lançou uma embalagem econômica para a fórmula infantil

Nestogeno (um sachê de 130 gramas, como opção à lata de 400 gramas), que custa cerca de R\$ 3 em farmácias e supermercados. "Vamos expandir a distribuição dessa versão para o restante do país", afirma. Em Mucilon, cereal infantil, a empresa também lançou versões em embalagem "stand up pouch", tipo sachê, de 400 gramas. No segmento de cereais, a Nestlé é dona de 77% do mercado e enfrenta concorrentes nacionais, como a Gold Nutrition, dona do Vitalon.

"O único produto que não conseguimos transformar em uma embalagem mais econômica é a papinha", diz Serena. "É no tamanho certo para uma refeição de bebê". Os concorrentes avançaram nos últimos cinco anos, mas a Nestlé não ficou parada. Até 2007, em papinhas, a empresa enfrentava a concorrência da Gerber, da Novartis. Mas decidiu comprar a rival e hoje reina sozinha nas prateleiras. Ou quase: a paranaense Jasmine passou a oferecer, este ano, papinhas com apelo orgânico.

Ação contra a Monsanto vale em todo o país – Valor Economico. 14/06/2012

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que o resultado da ação coletiva de dois sindicatos de produtores rurais do Rio Grande do Sul contra a Monsanto - uma discussão bilionária sobre royalties na comercialização de sementes de soja transgênicas - valerá no país inteiro. Os valores em discussão podem chegar a R\$ 15 bilhões, segundo dados do processo.

No começo de abril, os agricultores conseguiram uma decisão na Justiça de Porto Alegre proibindo a Monsanto de cobrar 2% de royalties sobre a comercialização de grãos produzidos com sementes de soja transgênicas, tolerante ao herbicida Roundup Ready. A decisão também obriga a empresa a devolver tudo o que já foi cobrado desde a safra 2003/2004.

Agora, com o posicionamento da 3ª Turma do STJ, a sentença de Porto Alegre valeria para produtores de todo o país, caso se confirme. Mas a Monsanto já recorreu da decisão de primeira instância, apresentando um recurso de apelação para o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS).

A Monsanto afirmou em nota que a cobrança dos royalties se mantém até decisão judicial definitiva. "Enquanto durar o andamento da ação e não houver uma decisão definitiva da Justiça sobre o mérito, o sistema de cobrança de royalty pelo uso da tecnologia Roundup Ready continuará funcionando normalmente com base nas garantias legais estabelecidas", diz o texto.

A empresa também afirma que a decisão do STJ "em nada altera o mérito da questão, pois apenas estabelece a abrangência nacional de futura decisão de mérito da ação que ainda tramita perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS)." A Monsanto afirmou que não irá recorrer da decisão do STJ, pois já está pacificado na Corte que as ações coletivas têm abrangência nacional.

A relatora do caso no STJ, ministra Nancy Andrighi, ressaltou que a ação proposta no Rio Grande do Sul abrange todos os produtores rurais que trabalham com as sementes de soja transgênicas, independentemente de estarem associados aos sindicatos que entraram com o processo. Ela foi acompanhada por unanimidade pela 3ª Turma. "Não é possível conceber tutela jurídica que isente apenas os produtores do Rio Grande do Sul do pagamento de royalties", afirmou a ministra. "A eventual isenção destinada apenas a

um grupo de produtores causaria desequilíbrio substancial no mercado atacadista de soja."

A decisão que afastou a cobrança dos royalties foi tomada pelo juiz Giovanni Conti, da 15ª Vara Cível de Porto Alegre. O recurso da Monsanto suspende os efeitos da sentença até um novo posicionamento do Judiciário. "O país inteiro vai ficar de olho na 5ª Câmara Cível do TJ-RS", diz o advogado Néri Perin, que defende os sindicatos, referindo-se ao colegiado que julgará o recurso da Monsanto.

A empresa cobra dos agricultores um valor sobre a compra de suas sementes com base nos direitos de propriedade intelectual. Além disso, exige royalties sobre as safras subsequentes. Na ação, os sindicatos questionam a incidência dos royalties sobre essas safras posteriores, que são produzidas por sementes próprias, obtidas das safras resultantes da semente original. Segundo os sindicatos, a cobrança chega a R\$ 1 bilhão por safra.

Os agricultores acusam a Monsanto de cometer abuso na cobrança e defendem que os direitos de propriedade intelectual só poderiam valer na compra original das sementes, e não nas safras posteriores.

Os sindicatos citam o artigo 10 da Lei de Cultivares - nº 9.456, de 1997 -, segundo o qual "não fere o direito de propriedade sobre a cultivar protegida aquele que reserva e planta sementes para uso próprio". Outro argumento deles é que a semente transgênica seria resistente e já teria "contaminado" as plantações. Assim, de acordo com eles, mesmo os grãos tidos como convencionais acabariam sendo identificados como transgênicos no teste de origem feito pela Monsanto, no momento da comercialização.

Já a Monsanto diz que o royalty é a forma pela qual é remunerada pelos investimentos para desenvolver a tecnologia da soja.

Agricultores familiares já têm garantia de compra e estoque de produtos – Site da CONAB, 15/06/2012

A Conab já dispõe de recursos para executar, até o fim do ano, os mecanismos de compra e estoque de produtos da agricultura familiar em todo o país, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Mais agricultores familiares serão beneficiados pelos mecanismos de apoio do governo na aquisição rápida e descomplicada de seus produtos.

Foi publicado, no Diário Oficial de quinta-feira (14), termo de cooperação técnica formalizado entre a Companhia e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que prevê recursos orçamentários da ordem de R\$ 163 milhões para a Compra Direta e a formação de estoques (CPR-Estoque) de produtos como arroz, feijão, farinha de mandioca, milho, castanha-do-brasil e outros.

Entre os beneficiados pelo PAA, estão cooperativas e associações de assentados da reforma agrária, de agroextrativistas, quilombolas, comunidades indígenas, pescadores artesanais, famílias de acampados e de atingidos por barragens.

Segundo a área que dá suporte à agricultura familiar na Conab, a maior parte dos recursos, R\$ 148 milhões, vai para aquisição de produtos, enquanto que os R\$ 15 milhões restantes serão destinados à parte operacional do programa.

A execução tem início com a seleção dos grupos de agricultores selecionados pelos técnicos das superintendências regionais da Conab nos estados, que verificam a documentação e a aptidão dos interessados no PAA. O limite de compra para cada produtor é de R\$ 4.500 e a entidade representativa dos agricultores tem um limite por operação de Cédula de Produto Rural (CPR) de até R\$ 1,5 milhão.

Abrasco lança dossiê sobre o impacto dos agrotóxicos na Cúpula dos Povos. José Coutinho Júnior – Site do MST. 17/06/2012

A Via Campesina, em sua primeira atividade na Cúpula dos Povos, debateu a questão dos agrotóxicos no campo, em conjunto com outras organizações, como os Amigos da Terra e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Numa das atividades, foi lançado a segunda parte do dossiê da Abrasco sobre agrotóxicos. De acordo com Lia Giraldo, da Fiocruz, a problemática dos agrotóxicos atravessa todos os segmentos da vida, e não só o campo, e por isso, essa luta deveria ser de toda sociedade. “Os inseticidas, que usamos nas cidades para nos proteger de mosquitos, contém as mesmas substâncias que muitos agrotóxicos, mas são vendidos como algo ‘limpo’ para a população”, destaca.

Incentivo ao uso

“Quando estava na universidade de agronomia, tive que aprender a aplicar agrotóxicos. Fui completamente desprotegida, passei mal e um professor me resgatou de lá”, relata Cláudia Gerônimo, dos Amigos da Terra da Guatemala, ao falar de sua experiência pessoal com os agrotóxicos. Ela afirma que não é possível garantir que as pessoas se protejam, pois as instruções não são claras, além do fato de muitos camponeses não conseguirem ler os rótulos de proteção.

Segundo Cláudia, na Guatemala, assim como no Brasil, os produtores são incentivados pelo governo a utilizar agrotóxicos. “Fiquei perplexa com o fato de que não há incentivo à outra alternativa para produzir. Acredito que devemos adotar o modelo agroecológico, que para mim deve ser amigável ao meio ambiente, sem uso de venenos e resgatando conhecimentos ancestrais de produção. Ao ver que os agricultores são forçados a usar agrotóxicos, sinto que nossos conhecimentos estão sendo tolhidos”.

Histórico

Cléber Folgado, da Via Campesina e coordenador nacional da Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos e pela Vida, por sua vez, ao contextualizar o surgimento dos agrotóxicos, destacou o papel fundamental que os governos tiveram na difusão desses venenos agrícolas, ao “surgirem como resto da segunda guerra mundial, para resolver os problemas das indústrias bélicas, adaptando o uso de venenos à agricultura. Por isso os agrotóxicos nunca podem ser chamados de ‘defensivos agrícolas’. As formas que o capitalismo encontra para resolver suas crises é fazer guerra e se apropriar dos bens naturais”.

O crédito agrícola concedido pelo governo brasileiro no incentivo aos agrotóxicos é um exemplo do papel do Estado no incentivo a utilização desses produtos. “Os camponeses na década de 60 tinham que pegar o agrotóxico para receber o crédito. Como é hoje? A mesma coisa”, enfatiza Cléber. O membro da Via Campesina desmentiu vários argumentos muito usados pelo agronegócio e os setores que o apoiam.

O primeiro, é de que há formas seguras de usar agrotóxicos. “Há técnicas e proteções que evitam intoxicações agudas, mas a intoxicação ainda acontece. Também é mentira que ‘não podemos produzir com veneno, pois o preço da comida sobe’, pois quem produz 70% da comida neste país é a agricultura familiar”.

Outro mito, trata-se do argumento de que o camponês também se utiliza dos venenos. “É claro que usa, estão obrigados por conta do crédito agrícola. No entanto, o Censo diz que o agronegócio usa 80% de agrotóxicos, e os camponeses, 30%”. Por fim, a questão da Balança comercial, cujo agronegócio é responsável por 30% do PIB, o que corresponde à 151 bilhões de reais. “Para produzir isso, os latifundiários pegam do orçamento público 110 bilhões. Coloca esse dinheiro nas mãos dos camponeses para ver o que fazemos. O agronegócio é economicamente impotente, além dos custos ambientais, que ninguém calcula”.

Campanha

Ao fazer um balanço da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Cléber Folgado, relembra que “a Campanha não trouxe nenhuma novidade, pois desde que o agrotóxico existe há lutas contra ele. O mérito da Campanha está em somar as forças das pessoas que lutam contra os agrotóxicos, para fortalecer essa luta, denunciando à sociedade os problemas causados pelo agronegócio. Estamos obtendo resultados, como levar pautas referentes ao tema à mídia burguesa, e a Presidenta Dilma garantiu queira criar um grupo de Política Nacional de Enfrentamento ao Agrotóxico, mas ainda não está nada assinado por ela, então a pressão vai continuar”.

Já Flávia Londres, da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), apontou que a Campanha contra os agrotóxicos é a culminância de trabalhos que vem sendo desenvolvidos há anos por pesquisadores, ONGs e movimentos sociais. “A Campanha foi um acerto político, pois é absolutamente insustentável sermos o primeiro maior consumidor de agrotóxicos no mundo, e a sociedade não pode ficar alheia mais a essa questão”.

Ela também reforçou o papel da agroecologia como modelo de desenvolvimento alternativo. “Na Rio92, a agroecologia era apenas uma aposta incerta. Hoje, há milhares de experiências de sucesso, com relatórios de organizações como a FAO reconhecendo a importância do modelo para a erradicação da fome”.

Apesar do papel da agroecologia estar reconhecido, é necessário que haja políticas públicas para incentivá-la. Nesse sentido, Flávia denuncia que “está prometido para sair na Rio+20 uma Política Nacional de Agroecologia. No entanto, estamos tendo sinais de que a promessa pode não ser cumprida na Cúpula”.

Exposição mostra ações relativas à segurança alimentar – Site do MAPA. 17/06/2012

Trabalho da Embrapa com povos indígenas promove preservação ambiental

Uma das ações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) será a exposição fotográfica "Povos Indígenas e Segurança Alimentar: Ações da Embrapa", cuja abertura aconteceu neste domingo, dia 17 de junho, às 11h, no hall da Embrapa Solos, Rio de Janeiro.

Além da exposição fotográfica, cartilhas em português e língua indígena ensinam índios de forma lúdica a preservar espécie de tartaruga

A mostra expõe mais de 40 fotografias que ilustram as ações desenvolvidas por várias unidades da Embrapa – Recursos Genéticos e Biotecnologia (Brasília, DF), Acre (Rio Branco, AC), Roraima (Boa Vista, RR), Hortaliças (Brasília, DF) e Agropecuária Oeste (Dourados, MS), em parceria com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, em prol da segurança alimentar de povos indígenas de várias regiões brasileiras. O evento vai até 22 de junho na Embrapa Solos (Rua Jardim Botânico, 1024, Jardim Botânico – Rio de Janeiro, RJ).

Como começou a interação da Embrapa com povos indígenas?

A parceria da Embrapa com comunidades indígenas começou em 1995, quando representantes do povo indígena Krahô, do Tocantins, procuraram a empresa em busca de sementes primitivas de milho e amendoim, que já não possuíam mais, em função da introdução de variedades comerciais em suas terras.

Graças às pesquisas de conservação e uso sustentável de recursos genéticos vegetais desenvolvidas pela Embrapa desde a sua criação na década de 70, as sementes estavam conservadas em câmaras frias a 20°C abaixo de zero.

Desses espaços gelados, saíram as sementes de milho e amendoim, que foram multiplicadas e entregues ao povo indígena Krahô.

O esforço pelo resgate de sua alimentação tradicional rendeu aos Krahô dois prêmios: em 1998, o primeiro lugar no prêmio “Gestão Pública e Cidadania” da Fundação Getúlio Vargas e, em 2003, o prêmio “*Slow Food International Biodiversity*”, do Instituto Internacional Slow Food, da Itália.

Parceria de sucesso: alguns destaques

Esse foi o ponto de partida para uma parceria bem sucedida que acontece até hoje e já se estendeu a comunidades indígenas de diversas regiões brasileiras, envolvendo a Funai, unidades da Embrapa e outras instituições parceiras.

Quem visitar a exposição poderá conhecer um pouco desse trabalho que envolve ações de pesquisa e de transferência de tecnologias a partir de cursos e outras atividades de capacitação. Confira, abaixo, alguns dos destaques:

- Preservação e manejo sustentável do tracajá (parente da tartaruga-da-amazônia) e de outras espécies alimentares de importância para etnias do Parque Indígena do Xingu (Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia em parceria com o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios – RAN/ICMBio, Centro Universitario de Vila Velha – UVV e Petrobras Ambiental);
- Plantio de 20 mil mudas nos quintais indígenas do povo Krahô, incluindo caju anão precoce e bananas resistentes à sigatoka negra (Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia);
- Curso de capacitação de agricultores indígenas (povo Canela, MA) das aldeias Porquinhos e Descalvados em estratégias de conservação de recursos genéticos *ex situ* e *on farm*, manejo e uso da agrobiodiversidade (Embrapa Recursos Genéticos e Embrapa Hortaliças);
- Curso de capacitação de agricultores Kaiapó (sul do Pará) em conservação da agrobiodiversidade *in situ*, *on farm* e *ex situ*. (Embrapa Recursos Genéticos, em parceria com a Embrapa Hortaliças e Associação Floresta Protegida – AFP);
- Contribuição para a etnossustentabilidade de comunidades indígenas Terena, do Mato Grosso do Sul (Embrapa Agropecuária Oeste, em parceria com o CNPq, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS e Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - Agraer);
- Introdução da piscicultura nas aldeias Bororó e Jaguapirú da Terra Indígena de Dourados, MS (Embrapa Produtos e Mercado – Escritório de Dourados,MS, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura Familiar, Carteira de Projetos Indígena/ MMA e Associação Indígena Onhondivepá Guarani, Kaiowá e Terena, MS);
- Disponibilização de tecnologias relacionadas ao cultivo da mandioca em áreas indígenas do Estado de Roraima. A mandioca é a base da alimentação das comunidades indígenas para produção de beiju, farinha e uma bebida muito apreciada, o caxiri (Embrapa Roraima);
- Apoio à produção de melancia pelos índios do lavrado de Roraima, especialmente das etnias Macuxi e Wapichana, que são os maiores produtores dessa fruta no Estado (Embrapa Roraima);
- Adoção da tecnologia de plantio de feijão caupi, em consórcio com mandioca, junto aos índios da Savana de Roraima (Embrapa Roraima);
- Estudo dos aspectos culturais e sua relação com cultivos, práticas agrícolas e uso terapêutico de plantas medicinais em dez comunidades indígenas do grupo Kulina (Kulina do Rio Envira, Jaminawa-Envira e Kulina do Igarapé do Pau), no município de Feijó (AC), próximo à fronteira peruana (Embrapa Acre);

A abertura da exposição fotográfica “Povos Indígenas e Segurança Alimentar: Ações da Embrapa” acontece no dia 17 de junho às 11h no hall da Embrapa Solos (Rua Jardim Botânico, 1.024, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ). A exposição pode ser visitada até o dia 22 de junho, das 11 às 17 horas.

Campanha quer banir no Brasil agrotóxicos banidos em outros países – Site do MST. 18/06/2012

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida lançou um abaixo-assinado em que exige o banimento, pelo governo brasileiro, de toda importação, produção e comercialização de 14 agrotóxicos e substâncias já proibidas em vários países do exterior.

“Inúmeros estudos realizados nesses países já demonstraram, comprovadamente, que o seu uso causa terríveis danos ao ser humano e ao meio ambiente”, aponta o documento, que circula nacionalmente há cerca de dois meses e está disponível para assinatura em papel. “Vamos deixar que nos tornemos a ‘maior lixeira tóxica do mundo’?”, questiona o texto.

O abaixo assinado se refere a agrotóxicos que têm na sua formulação princípios ativos como Endosulfan (banido em 45 países), Cihexatina (proibida na União Europeia e em países como a Austrália, Canadá, Estados Unidos, China, Japão, Líbia, Paquistão e Tailândia) e Metamidofós (proibido, por exemplo, na União Européia, China, Índia, e Indonésia), entre outros (veja lista completa abaixo).

“A ideia é entregar o máximo de assinaturas possível à presidenta Dilma Rousseff para que tome as providências para o banimento imediato dessas substâncias no país, mas também para sensibilizar a população brasileira sobre esse assunto”, afirma Cleber Folgado, da Coordenação Nacional da Campanha.

Fome e abundância convivem na Índia. Neha Thirani e Karishma Vyas – Folha de São Paulo, The New York Times. 18/06/2012

Nessa aldeia do norte da Índia, trabalhadores desmancham pilhas de arroz queimado e mofado, enquanto moscas rondam o trigo estragado perto dali. Moradores disseram que uma safra de arroz passou anos à beira de uma estrada e agora seria enviada a uma destilaria para virar bebida.

Apenas 290 km ao sul, numa favela da periferia de Nova Déli, Leela Devi sofre para alimentar sua família de quatro pessoas com magras porções de pão chapati e batatas, que ela disse ser tudo o que conseguiu comprar com sua pensão por invalidez e com o rendimento do marido, trabalhador braçal diarista. A família dela está entre os estimados 250 milhões de indianos com alimentação insuficiente.

Tal é o paradoxo do sistema alimentar indiano. Graças a inovações agrícolas e generosos subsídios, a Índia tem hoje o segundo maior estoque de grãos do mundo, atrás apenas da China, e exporta parte da sua produção. Mas um quinto dos seus habitantes está desnutrido -o dobro do índice de outros países em desenvolvimento, como Vietnã e China-, por causa da corrupção, da má gestão e do desperdício em programas que deveriam distribuir alimentos aos pobres.

"A razão para enfrentarmos esse problema é a nossa recusa em distribuir os grãos que compramos dos agricultores às pessoas que precisam", disse Biraj Patnaik, assessor da Suprema Corte indiana para questões alimentares. "O único lugar onde esses grãos merecem estar é na barriga das pessoas que passam fome."

Após anos negligenciando o problema, o populista governo nacional cogita fazer uma lei para despejar bilhões de dólares adicionais a um sistema de distribuição de comida que já existe no país, duplicando o número de pessoas atendidas. Ela também permitiria que os pobres comprem mais arroz e trigo a preços reduzidos.

Os autores do projeto dizem que, se ele for bem redigido e executado, ninguém mais passará fome no país. Mas críticos afirmam que, sem amplas reformas na estrutura governamental, o dinheiro adicional só irá engordar o déficit público e os bolsos de funcionários que desviam alimentos de vários níveis da cadeia de distribuição.

A política alimentar indiana tem duas metas centrais: oferecer aos produtores preços maiores e mais consistentes do que os do mercado, e vender grãos aos pobres a preços inferiores aos do varejo privado.

O governo federal adquire grãos e os armazena. Cada Estado se serve desses estoques com base na quantidade de pobres na sua população. Os Estados entregam os grãos a lojas subsidiadas e decidem quais famílias recebem os cartões de racionamento que permitem a compra de trigo e arroz a preços mais baixos.

Esse sistema custa cerca de 750 bilhões de rupias (US\$ 13,6 bilhões) por ano ao governo, ou quase 1% do PIB. Mas 21% dos 1,2 bilhão de habitantes do país permanecem desnutridos, proporção que se manteve quase inalterada nas últimas duas décadas, apesar do aumento de quase 50% da produção de alimentos, segundo o Instituto Internacional de Pesquisas para Políticas Alimentares, com sede em Washington.

A nova lei de segurança alimentar poderia mais do que duplicar o dispêndio governamental, que chegaria a 2 trilhões de rupias por ano, segundo estimativas.

No entanto, apenas 41,4% dos grãos recolhidos pelos Estados nos armazéns federais chegam aos lares indianos, segundo um recente estudo do Banco Mundial. Críticos dizem que funcionários ao longo de toda a cadeia, dos gerentes dos armazéns aos varejistas, desviam alimentos e os vendem a atravessadores, embolsando lucros ilícitos.

Os indianos pobres que possuem cartões de racionamento costumam se queixar da qualidade e da quantidade dos grãos disponíveis nas lojas governamentais, chamadas de "lojas de preço justo".

Outras famílias nem dispõem dos cartões, por causa dos procedimentos -e, muitas vezes, dos subornos- exigidos. A falta de um comprovante de renda ou residência é razão para não obter o cartão.

Críticos dizem que mais pessoas teriam direito à ajuda se o limite de renda fosse elevado. Em Nova Déli, ele é de 2.000 rupias (US\$ 36) por mês, independentemente do número de dependentes, quantia que muitas famílias pobres gastam só em aluguel.

Devi, que vive na favela Jagdamba Camp, na zona sul de Déli, disse que teve um cartão de racionamento negado há quatro anos. Ela contou que a renda mais constante da sua família é uma pensão por invalidez de mil rupias por mês, que ela recebe por causa de

queimaduras sofridas num acidente anos atrás. Contando a renda irregular do seu marido, a família geralmente precisa se virar com até 2.000 rupias mensais.

"Às vezes, temos de sentar e esperar", disse ela. "Minha sogra recebe alimentos subsidiados e me dá uma parte quando pode."

Alguns Estados, como Tâmil Nadu e Chhattisgarh, têm feito grandes melhorias usando a tecnologia para rastrear os alimentos e facilitaram a obtenção dos cartões de racionamento por praticamente todas as famílias. Outros Estados, como Bihar, testam cupons de alimentação.

Reformistas argumentam que a Índia deveria passar a distribuir dinheiro ou cupons alimentares aos pobres, como fazem os EUA, o México e outros países. Isso reduziria a corrupção e a má gestão, porque o governo iria comprar e armazenar apenas os grãos suficientes para fazer frente a safras ruins. E os pobres teriam mais alternativas, disse Ashok Gulati, presidente da Comissão de Custos e Preços Agrícolas do governo. "Por que apenas trigo e arroz? Se ele quisesse ovos, ou frutas, ou alguns legumes, deveria ter essa opção", disse Gulati.

"É preciso aumentar a renda da pessoa. Aí a distribuição ficaria com o setor privado."

Mas a maioria dos funcionários teme que, se a Índia adotar os cupons, os homens irão trocá-los por bebida ou tabaco, privando suas famílias de alimentação suficiente.

Autoridades dizem que o Parlamento deve votar a nova política alimentar até o final do ano. Enquanto isso, o arroz deve continuar largado à beira da estrada aqui no Punjab.

"É doloroso de assistir", disse Gurdeep Singh, um agricultor próximo a Ranwan. "O governo é grande e poderoso. Ele deveria ser capaz de montar um galpão para guardar essa safra."

Segurança alimentar e sustentabilidade no agronegócio – Site da CNA. 19/06/2012

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, afirmou nesta terça-feira (19/06/2012), no Rio de Janeiro, que os produtores rurais brasileiros desmataram áreas, no passado, para produzir alimentos, condição que transformou o País num dos maiores e melhores produtores de comida do mundo. Mesmo assim, o País mantém 61% de seu território com cobertura vegetal nativa e poderá ampliar o volume de produção apenas com a incorporação de novas tecnologias, sem a necessidade de abertura de novas áreas. A presidente da CNA participou, na tarde desta terça-feira (19/06/2012), no Forte de Copacabana, do encerramento do evento "Segurança alimentar e sustentabilidade no agronegócio", organizado pelas Federações das Indústrias do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro (Fiesp e Firjan), no Forte de Copacabana.

"Nós transformamos nossa cobertura vegetal em PIB, emprego e balança comercial positiva", afirmou. Segundo a senadora Kátia Abreu, o País produz comida, madeira e matéria-prima para a produção de biocombustíveis em 27,7% do território nacional, preservando 61% do território. Lembrou que a diminuição da área de produção reduzirá

o Produto Interno Bruto (PIB) do setor e elevará o preço dos alimentos. Avaliou que o produtor produz por “vocação, espírito público” e disse que o debate ambiental não é mais apenas para ambientalistas e defendeu que os debates, sobre esse e outros assuntos, sejam norteados pela ciência.

Segurança alimentar em debate na Rio+20 – Site do MDS. 19/06/2012

Painel destacou importância da produção de alimentos para a superação da pobreza

Rio de Janeiro, 19 – O painel Segurança e Soberania Alimentar, realizado no início da noite desta terça-feira (19), na Arena Socioambiental da Rio+20, destacou a importância da produção de alimentos para a população mundial. Entre os principais temas, o direito à alimentação, a geração de renda e o valor das commodities no mercado de alimentos foram os mais discutidos.

Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, o Brasil evoluiu na política pública de segurança alimentar. Ele lembrou que “segurança alimentar não é apenas acesso à alimentação de qualidade em quantidade necessária; segurança alimentar é trabalhar o acesso à saúde, o meio ambiente, a dimensão cultural e social”.

Vargas ressaltou a importância da agricultura familiar no país. “A agricultura familiar é responsável hoje por 70% dos alimentos consumidos no Brasil e também por 74% dos postos de trabalho no campo”, disse. O ministro enfrentou o debate do Código Florestal e registrou que 65% das propriedades rurais do país têm até um módulo fiscal – dependendo do município, um módulo fiscal pode ter entre 5 e 110 hectares.

O ministro defende que os parâmetros de margem de preservação devem ser diferenciados conforme o perfil do produtor. “Não podemos exigir 300 metros de preservação de uma família ribeirinha que vive da agricultura familiar, porque isso inviabiliza a sua produção. É uma proposta preconceituosa, que não leva em conta a necessidade de compatibilizar o ambiental com o social”, argumentou. “Não concordamos com a ideia de um código florestal que não protege os pequenos agricultores e as pessoas que vivem nas florestas”.

Com participação pela internet, a diretora de Programas do Institute for Agriculture and Trade Policy (IATP), Karen Hansen-Kuhn, alertou para o excesso de especulação no mercado de commodities. Segundo ela, os alimentos se tornaram commodities financeiras, o que desregulou os preços diante dos consumidores.

Já para o ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Renato Jamil Maluf, a alimentação é um direito do ser humano e a soberania alimentar um direito de escolha. Para ele, a questão mais preocupante do momento é de que os organismos internacionais não conseguem decidir os rumos da questão alimentar, com o assunto nas mãos exclusivas do G8, o grupo dos oito países mais ricos do mundo.

Maluf foi questionado sobre a utilização dos agrotóxicos e apontou que falta “a mão pesada do Estado” para limitar o seu uso pelas grandes indústrias agrícolas, em sua maioria monocultoras. Ele considera que a sociedade está passiva frente a este tema. “O brasileiro não critica muito. Só se mobiliza quando alguém vai lá e diz que a comida que ele põe na mesa está envenenada. Então eu tenho a esperança de que a pressão

popular aumente, pelo viés da saúde, para rediscutir o uso dessas substâncias no Brasil”, disse.

O ministro Pepe Vargas salientou que todas as chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) feitas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário passaram a ter a chamada “rota da sustentabilidade”, com o objetivo de estimular a redução do uso de venenos agrícolas. O ministro também acredita que o país deve banir o uso de agrotóxicos já proibidos em outros países. “Não faz sentido continuar permitindo o uso de substâncias que já se provaram nocivas à saúde humana”, afirmou.

Não temos laboratórios para verificar toxicidade dos agrotóxicos, diz Anvisa. José Coutinho Júnior – Site do MST. 20/06/2012

O Brasil se tornou o país que mais usa agrotóxicos em todo o mundo, fazendo uso inclusive de venenos que forma banidos em outros países, pois foi comprovado que causam danos à saúde, como câncer.

Para Heloísa Rey Farza, médica especialista em toxicologia e técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a legislação permissiva à entrada de agrotóxicos e o sucateamento da agência, que conta com poucos profissionais e nenhum laboratório, permitem a liberação desses venenos no mercado.

"O governo não tem laboratório público para fazer os mesmos testes que exigimos da indústria, que pode apresentar os resultados que quiser. Muitas vezes pegamos fraudes nos estudos e pedimos que sejam refeitos. Mas muitas vezes não pegamos, porque não vimos o teste acontecer", denuncia.

Confira a entrevista de Heloísa à Página do MST.

Quantos técnicos a Anvisa tem?

Atualmente temos 22 técnicos, encarregados de fazer a avaliação toxicológica dos agrotóxicos, entre outras coisas . Nós não registramos agrotóxico. Quem registra é a área a qual o agrotóxico vai servir. Se é para tratamento de florestas, águas superficiais, é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Se for para a agricultura, quem registra é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Ibama, Anvisa e MAPA recebem três dossiês. O nosso é toxicologia, saúde. Se faz mal ou não à saúde, e é nessa base que fazemos nosso trabalho.

Agora, quando nós dizemos que determinado produto pode ser utilizado para agricultura ou meio ambiente, opinião que deve coincidir com a dos outros dois órgãos, nós nos baseamos na legislação atual, que não protege a saúde da população. Pelo contrário, ela é permissiva.

Por exemplo, a legislação só permite tirar um produto cancerígeno do mercado se ele for cancerígeno para dois tipos de animais nos testes. E quem fornece para nós os documentos de testes em animais? A indústria.

O que o governo pode fazer para atestar?

O governo não tem laboratório público para fazer os mesmos testes que exigimos da indústria, que pode apresentar os resultados que quiser. Muitas vezes pegamos fraudes nos estudos e pedimos que sejam refeitos. Mas muitas vezes não pegamos, porque não vimos o teste acontecer. Se o agrotóxico é cancerígeno para uma espécie, mas não para outra, estamos de punhos amarrados e temos que liberar, mesmo se soubermos que provavelmente houve fraude. Nós é que temos de provar que o produto é cancerígeno, não a indústria. Na realidade, o que acontece é essa inversão de provas, com o governo tendo de provar que faz mal à saúde e não a indústria tendo que provar que não faz mal à saúde. Por conta dessa legislação antiga, acabamos obrigados a liberar muita coisa que não queremos.

Por que a Anvisa não tem uma estrutura maior?

Não podemos contratar funcionários via concurso público por causa do inchamento do setor público. Fizemos uma contratação para a Anvisa em 2005, mas muitos do que entraram já saíram, pois o salário é muito baixo. Médicos, por exemplo, não param na Anvisa por causa do salário. Com isso, a equipe vai empobrecendo, porque tem que ser multidisciplinar. A Agência de Proteção Ambiental (EPA, sigla em inglês), órgão semelhante à Anvisa nos Estados Unidos, conta com 500 funcionários que fiscalizam as empresas e analisam os agrotóxicos. Eles consomem menos agrotóxicos que nós.

Como é feita a análise toxicológica?

Nós temos um arcabouço que dá segurança na análise. A Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD, sigla em inglês) estabeleceu parâmetros para estudos de laboratório. Criou documentos que guiam as formas pelas quais os testes devem ser feitos. O que nós não temos como controlar é se tudo o que está dito no dossiê das empresas realmente foi feito. Por isso, não há como saber se os resultados apresentados são reais. Temos mecanismos para impor algumas regras na análise, como seguir à risca a legislação e as regras da OECD, mas não podemos garantir que o resultado apresentado pela indústria seja verídico.

A nossa atividade é controlar para ver se não há inverdade no que nos escrevem. Se houver alguma dúvida, pedimos para que refaçam. Além disso, comparamos os dados que nos são enviados com o que tem na literatura sobre toxicologia. Eventualmente, consultamos também agências reguladoras de outros países, como a Alemanha, para ver a situação desses produtos a nível internacional.

Tomamos todas as medidas possíveis para não deixar passar inverdades, mas se tivéssemos laboratórios públicos para fazer testes - não todos, porque sairia muito caro, mas pelo menos para refazer aqueles dos quais duvidamos - seria uma grande diferença. Se tivéssemos também mais gente na equipe para analisar de uma maneira mais profunda, avançaríamos mais.

O que nós temos feito para melhorar a análise são cursos de formação para os técnicos da área de gerência em toxicologia. Todos nossos técnicos são especialistas em toxicologia. Estamos terminando agora um curso de mestrado no tema, que a metade da nossa equipe fez e esperamos conseguir fazer para a outra metade. Depois dos cursos,

houve uma melhora nítida na qualidade das análises. O senso crítico é maior, a percepção das inverdades é maior, as decisões são ponderadas de forma mais científica, sem achismos ou consulta à literatura externa.

Qual a sua avaliação da Campanha contra os agrotóxicos?

São nossos parceiros, porque tanto eles quanto nós temos o interesse de que a população seja preservada dos efeitos nocivos dos agrotóxicos. Nós temos contribuído fornecendo subsídios e informações, que são o nosso papel. Fornecemos toda informação em toxicologia que é solicitada. Sempre participamos de palestras sobre agrotóxicos quando nos pedem.

Qual a sua opinião sobre a questão do agronegócio começar a adotar o discurso da agricultura sustentável?

O agronegócio não tem muita escolha. Produzir novos agrotóxicos está saindo muito caro. Gasta-se bilhões de dólares. Além do mais, não é possível inventar moléculas infinitamente. Há poucos átomos existentes na natureza que possam ser combinados. Há 30 ou 40 anos para achar um ingrediente ativo que fosse eficaz do ponto de vista agrônomo, era preciso pesquisar em torno de 1300 moléculas novas. Atualmente, para achar um ingrediente ativo novo, é preciso pesquisar 200.000 moléculas novas. Isso custa muito caro.

Não é mais rentável?

Não é mais rentável produzir agrotóxicos novos. As seis grandes indústrias de agrotóxicos têm pesquisado muito pouco os ingredientes ativos, tanto que nos apresentam pouca coisa. A própria indústria química, a de agrotóxico em particular, está reduzindo seu investimento. Aí surge a apropriação do discurso da agricultura sustentável, que é um discurso que mostra como essas corporações vão evoluir. Daqui há pouco, eles próprios vão começar a falar mal de agrotóxico. O interesse das corporações está se voltando para a compra de sementes. Elas estão comprando sementeiras no mundo inteiro, de tudo. Não é apenas de soja, algodão, cana ou milho. Todo tipo de semente está sendo comprada. Se essas empresas mudarem uma vírgula na composição genética dessas sementes, elas passam a ser patenteadas. Esse é o nível em que a agricultura está chegando. O pagamento de royalties pelas sementes vai fazer com que se pague cada vez mais caro para produzir alimento.

E o que fazer para evitar este quadro?

A primeira coisa é a população se dar conta do que está acontecendo. No caso dos agrotóxicos, a sociedade acordou para o problema quando o investimento neles está praticamente no fim da linha. Agora, é preciso intervir antes que a situação se instale de uma vez por todas. Cabe à população agir. E a população organizada é a primeira a se movimentar.

Os pequenos agricultores e as associações de agricultores devem começar a levantar este problema e fazer com que as pessoas ouçam, mostrando que estamos correndo um novo risco. Não só o de continuar consumindo agrotóxico, que serão produzidos até o

último suspiro dessa indústria em particular, mas também prevenir que mais tarde sejamos obrigados a comprar sementes patenteadas de todos os alimentos.

Via Campesina acaba com festa da hipocrisia da CNA e denuncia agrotóxicos – Site do MST. 21/06/2012

“Agronegócio é a mentira do Brasil”.

Com essa palavra de ordem cerca de 250 militantes da Via Campesina ocuparam o espaço da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), montado no píer Mauá, para desmascarar o discurso do agronegócio de uma agricultura sustentável.

Os manifestantes que ocuparam o espaço se destacaram de uma marcha que reuniu 3.000 camponeses e camponesas para denunciar as falsas soluções propostas pelo agronegócio para a crise ambiental.

O stand, intitulado AgroBrasil, promovido pela CNA, Embrapa, Sebrae e por multinacionais como Monsanto e JBS, propõe a promoção de novas tecnologias para produzir alimentos e, segundo eles, preservar o meio ambiente. Além disso, será construído um documento de convergência de propostas das várias empresas do agronegócio, para ser apresentado à Rio + 20.

Os militantes da Via Campesina colaram cartazes em todo o espaço denunciando o abuso do uso de agrotóxicos, que envenena a comida da população brasileira. Além disso, estenderam faixas e fizeram um ato para que as pessoas presentes no evento pudessem ter consciência do alto consumo de venenos nas lavouras e na mesa dos brasileiros, sendo o Brasil o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. “Você já tomou sua dose de veneno hoje?”, clamavam os manifestantes.

Segundo Cleber Folgado, coordenador da Campanha Nacional de Combate aos Agrotóxicos, a CNA usa um discurso falacioso para tentar enganar a população. “Viemos aqui para denunciar e para que toda população saiba a farsa promovida pela CNA de que a agricultura do agronegócio é sustentável”. Segundo ele, além dos vários problemas sociais e ambientais promovidos por esse modelo de produção, o uso de

Ação surpresa e marcha

A manifestação surpreendeu os organizadores do espaço e as pessoas que visitavam o local vinculado à Rio + 20. Muitos apoiaram o ato, que ocorreu de forma pacífica, e seguiu de encontro a uma marcha organizada pela Via Campesina, do Sambódromo até o píer Mauá.

“Não podemos apenas ficar em casa produzindo se queremos que a agroecologia substitua o agronegócio. Temos que sair às ruas para lutar”, entoavam os manifestantes

Os manifestantes marcharam em fileira até o estande da CNA, local de encontro das duas ações. “Aqui o agronegócio discute as falsas soluções do capitalismo. Estamos aqui para repudiar essas falsas soluções e apoiar a soberania alimentar. O povo só é soberano quando produz seus alimentos com suas sementes e livre de agrotóxicos”, afirmou Dilei Schiochet, militante do MST na Paraíba.

Os movimentos da Via Campesina propõem, em vez do agronegócio, a soberania alimentar, que consiste em dar condições dignas para os camponeses produzirem alimentos saudáveis para a população, com políticas públicas que incentivem a agricultura familiar e o respeito aos conhecimentos tradicionais e à natureza. Agrotóxicos se mostram como um dos maiores sérios desta.

**Juntos por um futuro sustentável. José Graziano da Silva – Valor Econômico.
21/06/2012**

As declarações finais da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano de 1972 e a Eco-92 puseram o ser humano no centro do desenvolvimento sustentável. No entanto, até hoje, mais de 900 milhões de pessoas ainda passam fome. Populações pobres pelo mundo afora, especialmente nas áreas rurais, são as mais atingidas pela crise de comida, climática, financeira, econômica, social e energética que o mundo enfrenta hoje.

Não podemos falar em desenvolvimento sustentável enquanto aproximadamente uma em cada sete pessoas - crianças, mulheres e homens - ficam para trás, vítimas de desnutrição. Seria uma contradição em termos.

A fome e a pobreza extrema também excluem a possibilidade de um verdadeiro desenvolvimento sustentável porque os miseráveis precisam usar os recursos naturais disponíveis para conseguirem comida. Para eles, suprir suas necessidades básicas é a principal primordial de cada dia - planejar para o futuro é um luxo que eles não têm.

Todo ano, entre a colheita e o consumo, jogamos fora 1,3 bilhão de toneladas de alimentos

Paradoxalmente, mais de 70% das pessoas que passam fome no mundo dependem diretamente da agricultura, caça e pesca para sobreviver. Portanto, suas escolhas diárias ajudam a determinar como os recursos naturais do mundo são administrados. Não podemos esperar que o agricultor pobre não corte uma árvore se essa é sua única fonte de energia; não podemos pedir para o pescador artesanal deixar de pescar durante o período do defeso se essa é a única maneira de alimentar sua família. A fome coloca em movimento um ciclo vicioso que reduz a produtividade, aprofunda a pobreza, desacelera o desenvolvimento econômico, promove a degradação dos recursos e a violência.

A fome e a disputa por recursos naturais são fatores de conflitos que, mesmo quando são internos, têm impactos que frequentemente ultrapassam as fronteiras dos países. Então, há também uma ligação direta entre a segurança alimentar e segurança nacional e regional. A busca pela segurança alimentar pode ser o fio condutor que liga os diferentes desafios que o mundo enfrenta e ajudar a construir um futuro mais sustentável.

Na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, temos uma oportunidade de ouro para explorar a convergência entre as agendas da segurança alimentar e a sustentabilidade para assegurar que isso aconteça. Ambos requerem mudanças para modelos de produção e consumo mais sustentáveis. Para alimentar uma população mundial que superará a marca de 9 bilhões de pessoas em 2050, a FAO prevê a necessidade de aumentar a produção agrícola em pelo menos 60%.

Para isso, precisamos produzir mais alimentos ao mesmo tempo em que conservamos o meio ambiente.

Mas mesmo com práticas mais sustentáveis, a pressão sobre nossos recursos naturais será extrema. Então, também temos que mudar a maneira que nos alimentamos, adotando dietas mais saudáveis e reduzindo o desperdício e perda de alimentos: todo ano, entre a colheita e o consumo, jogamos fora 1,3 bilhão de toneladas de alimentos. No entanto, mesmo se aumentarmos a produção agrícola em 60% até 2050, o mundo ainda terá 300 milhões de pessoas com fome daqui a quatro décadas porque, como as centenas de milhões de subnutridos hoje, eles continuarão sem os meios para ter acesso à comida que necessitam. Para eles, a segurança alimentar não é problema de produção insuficiente, é uma questão de acesso inadequado.

Para tirar essas milhões de pessoas da insegurança alimentar precisamos investir na criação de melhores empregos, pagar melhores salários, dar-lhes maior acesso a ativos produtivos - especialmente terra e água - e distribuindo renda de forma mais justa e equitativa.

Precisamos trazê-los para dentro da sociedade, complementando o apoio aos pequenos agricultores com oportunidades de geração de renda, com o fortalecimento das redes de proteção social, mutirões de trabalho e programas de transferência de renda, que contribuam ao fortalecimento de circuitos locais de produção e consumo para dinamizar as economias locais. A transição para um futuro sustentável também exige mudanças fundamentais no sistema de governança de alimentos e agricultura e uma partilha equitativa dos custos de transição e benefícios.

No passado, os mais pobres pagaram uma parcela maior dos custos de transição e receberam uma cota menor de benefícios. Este é um equilíbrio inaceitável e que precisa mudar. Erradicar a fome e melhorar a nutrição humana, criando sistemas sustentáveis de produção e consumo de alimentos, e construir uma governança mais inclusiva e eficaz dos sistemas agrícolas e alimentares são cruciais para alcançar um mundo sustentável.

Na Rio+20, estamos numa encruzilhada. De um lado está o caminho para a degradação ambiental e o sofrimento humano; do outro está o futuro que todos queremos. A Rio+20 oferece uma oportunidade histórica que não podemos dar ao luxo de perder. Nós sabemos como acabar com a fome e gerenciar os recursos do planeta de uma forma mais sustentável. Mas precisamos de uma vontade política mais forte para fazê-lo.

Devemos olhar para Rio+20 como o início de um caminho e não como o ponto de chegada. E essa é uma caminhada que não podemos fazer sozinhos. Como a luta contra a fome, o desenvolvimento sustentável é uma meta a que cada um de nós deve contribuir - cidadãos, empresas, governos, movimentos sociais, ONGs e organismos regionais e internacionais. Juntos, trabalhando a partir do nível local ao nível global, podemos construir o futuro que queremos. E esse futuro precisa começar hoje.

José Graziano da Silva é diretor-geral da FAO.

Bolsa Família já registra benefício de até R\$ 1.332 – O Globo, Capa. 26/06/2012

Valor é destinado a domicílio onde vivem 19 pessoas; teto antigo era de R\$ 306

O Bolsa Família, que até o mês passado transferia no máximo R\$ 306 por mês a uma mesma família, passou a pagar, neste mês, benefícios que chegam a R\$ 1.332. A quantia foi repassada a uma única família formada por 19 pessoas, informa Demétrio Weber. A mudança é resultado do programa Brasil Carinhoso, lançado em maio pela presidente Dilma Rousseff, com o objetivo de tirar da miséria famílias com crianças de até 6 anos e garantir uma renda média mínima de R\$ 70 por pessoa nesse grupo, mesmo que, para isso, o repasse vá além do antigo teto do programa. Os dados foram solicitados pelo GLOBO com base na Lei de Acesso à Informação. De acordo com o ministério, apenas 1% dos repasses, ou cerca de 20 mil, são hoje superiores a R\$ 325. Para o economista da FGV Marcelo Neri, a mudança é positiva por beneficiar famílias com mais crianças, mas é preciso acompanhar os resultados para, eventualmente, fazer ajustes. O pesquisador Rafael Osório, do Ipea, diz que o caso é uma exceção e lembra que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, só 2% das famílias hoje têm quatro ou mais filhos.

Em família de 19 pessoas, Bolsa vai a R\$ 1.332. Demétrio Weber – O Globo. 26/06/2012

Novo teto do valor pago pelo programa é resultado de acréscimo vindo com o Brasil Carinhoso, para crianças até 6 anos

O benefício mais alto do Bolsa Família, que começou a ser pago este mês, chega a R\$ 1.332, valor superior a dois salários mínimos (R\$ 1.244). A quantia é repassada a uma única família formada por 19 pessoas. O novo teto do Bolsa Família é resultado do Brasil Carinhoso, programa lançado em maio pela presidente Dilma Rousseff para tirar da miséria famílias com crianças de até 6 anos.

Os dados foram obtidos pelo GLOBO pela Lei de Acesso à Informação. Até o mês passado, o valor máximo de referência a repasses do programa era de R\$ 306 por mês. O novo teto, logo, é 4,3 vezes maior. O Serviço de Informações ao Cidadão destacou que, no Bolsa Família de junho, só 1% dos beneficiários do Brasil Carinhoso ganhou acréscimo superior a R\$ 325. Como o Brasil Carinhoso atinge 2 milhões de lares, isso significa que cerca de 20 mil benefícios serão acrescidos em valores maiores do que R\$ 325, ou seja, acima do antigo teto pago pelo Bolsa Família até mês passado (R\$ 306).

O Brasil Carinhoso tem como objetivo retirar da miséria cerca de 2 milhões de famílias com crianças de até 6 anos cuja renda própria declarada, somada ao benefício do Bolsa Família, não seja suficiente para assegurar rendimento mensal acima de R\$ 70 por pessoa. A linha de miséria estabelecida pelo governo é de R\$ 70; quem sobrevive com menos do que isso por mês é considerado extremamente pobre.

Com o Brasil Carinhoso, o governo elevou os repasses do Bolsa Família, de modo a garantir que esse grupo de 2 milhões de famílias extremamente pobres receba parcela extra que permita ultrapassar a linha da miséria. Desse modo, o valor do novo benefício varia conforme a renda declarada e o número de pessoas em cada família.

O Bolsa Família paga, em média, R\$ 115 por família. Dentre o público do Brasil Carinhoso, esse valor subiu para R\$ 237.

O Ministério do Desenvolvimento Social já havia divulgado que o acréscimo mínimo propiciado pelo Brasil Carinhoso seria de R\$ 2 por mês, no caso das famílias em que tal quantia é suficiente para assegurar uma renda por pessoa maior do que R\$ 70 mensais. A pasta também já havia anunciado que, na média do total de 2 milhões de famílias contempladas, o acréscimo do Brasil Carinhoso seria de R\$ 80 - na verdade, ficou em

R\$ 84. Mas o ministério ainda não tinha tornado público o teto do benefício, o que só fez ontem, em resposta a pedido feito com base na Lei de Acesso à Informação.

O Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério do Desenvolvimento Social esclareceu que o novo teto de R\$ 1.332 considera tanto a parcela do benefício tradicional do Bolsa Família quanto o acréscimo relativo ao Brasil Carinhoso. Levando em conta só a nova parcela referente ao acréscimo do Brasil Carinhoso, o maior novo repasse é de R\$ 1.102. A família beneficiária dessa transferência tem 19 pessoas. O ministério não informou, porém, se essa família é a mesma contemplada com o maior repasse total de R\$ 1.332.

O novo benefício de superação da extrema pobreza na primeira infância, criado pelo Brasil Carinhoso, leva a sigla de BSP e começou a ser pago no último dia 18. "Não há limite máximo para o valor do BSP. Esse valor depende do número de pessoas da família e da distância que essa família está da linha de extrema pobreza. São considerados extremamente pobres aqueles com renda familiar per capita igual ou inferior a R\$ 70 por mês. Fazem jus ao novo benefício famílias com pelo menos uma criança de 0 a 6 anos que, mesmo após o recebimento dos benefícios iniciais do Bolsa Família, não conseguirem ultrapassar a linha de extrema pobreza", diz o texto enviado ao GLOBO.

Dirigido a 13 milhões de famílias - quase 50 milhões de pessoas - , o Bolsa Família tem orçamento superior a R\$ 16 bilhões para 2012. A previsão é que os novos repasses do Brasil Carinhoso consumam R\$ 1,3 bilhão neste ano, totalizando custo anual de R\$ 2,1 bilhões em 2013. Há duas semanas, O GLOBO mostrou que pesquisa do governo indicava que os beneficiários do Bolsa Família preferiam trabalhos informais com temor de perder o benefício caso tivessem a carteira assinada. Os repasses são proporcionais ao número de crianças e jovens em cada lar. O teto de R\$ 306 é pago a quem é miserável, tem pelo menos 5 crianças de até 15 anos ou uma gestante e dois jovens de 16 e 17 anos. O teto pode ser maior, no caso de famílias que herdaram benefícios pagos antes da criação do Bolsa Família ou no caso de quem é contemplado por programas de transferência de renda estaduais ou municipais. Mas nada que se aproxime do novo teto de R\$ 1.332.

Monsanto quer expandir domínio no setor de hortifrútis. Ian Berry – Valor Econômico, The Wall Street Journal. 27/06/2012

A Monsanto Co. está tentando desbravar um duro terreno para crescer no mercado de sementes de hortaliças.

Depois de uma série de aquisições, a empresa americana de biotecnologia agrícola ampliou a capacidade de produção de sementes de frutas e verduras e virou a maior produtora mundial de sementes de hortaliças e grãos, em faturamento.

Só que a Monsanto, que obtém o grosso da receita vendendo sementes transgênicas de milho e soja a produtores agrícolas, está tendo certa dificuldade na seção de hortifrúti. No semestre encerrado em fevereiro, o lucro de sua divisão de sementes de hortaliças caiu 30% - culpa da queda nas vendas das sementes na Europa e de baixas no estoque. Depois de vários anos em alta, as vendas caíram para US\$ 372 milhões, 10% a menos do que em igual período do ano anterior.

A empresa, que divulga hoje os resultados do terceiro trimestre fiscal - que, pela expectativa de analistas, devem incluir lucro de US\$ 776 milhões (alta de 12,8%), segundo a Thomson Reuters -, continua com grandes ambições para o braço de sementes de hortaliças. Executivos preveem que o lucro da divisão suba no próximo ano fiscal. O segmento de sementes de hortaliças deve virar o terceiro maior negócio da Monsanto (por lucro), depois das de milho e soja. Hoje, é o quarto maior.

A meta da Monsanto é criar sementes que ajudem agricultores a cultivar produtos com gosto melhor ou maior teor de nutrientes. Seu primeiro vegetal transgênico, uma variedade de milho, chegou há poucas semanas aos supermercados americanos.

O mercado de sementes de produtos hortícolas tem desafios. Um deles é que o produto precisa satisfazer uma série de requisitos: agradar o paladar do consumidor, resistir ao transporte, durar nas gôndolas. Além disso, o consumo de hortifrúti cai em alguns mercados. Tirando o milho, a Monsanto está determinada a usar técnicas convencionais de produção para montar sua cesta de sementes de hortaliças, embora sempre tenha sido forte em sementes transgênicas.

"Continuamos a ver um expressivo crescimento em hortaliças", disse o diretor-presidente da Monsanto, Hugh Grant, a investidores no mês passado. Desde a aquisição da produtora de sementes de hortícolas Seminis, por US\$ 1,4 bilhão em 2005 e da Ruitter por US\$ 800 milhões em 2008, a Monsanto podou a carteira de frutas e verduras para se concentrar em apenas 23, nas quais vê grande potencial.

Há anos, fabricantes de sementes têm priorizado a resistência do produto no transporte e a vida útil nas gôndolas em detrimento do sabor, disse em entrevista Consuelo Madere, vice-presidente da divisão de sementes de hortaliças da Monsanto. Hoje, a divisão tem vários projetos para melhorar esse gosto. Um deles envolve criar tomate normal com sabor de tomate cereja.

A curto prazo, a melhor oportunidade para melhorar um produto está no melão, disse Madere. "Para mim, não há nada mais frustrante do que abrir [um melão] e ver que não tem gosto de nada", disse.

Este ano, o clube de compras Sam's Club, parte da Wal-Mart Stores Inc., vendeu pela primeira vez uma nova variedade de melão cultivada com uma semente da Monsanto, a Melorange -uma versão mais doce do fruto, com uma polpa de um tom laranja bem intenso.

Outra novidade recente da Monsanto foi um brócolis, o Beneforté, que resultou da mescla de um brócolis convencional com uma variedade selvagem encontrada na Sicília. Segundo a Monsanto, o produto tem um teor maior de nutrientes do que o brócolis normal.

A Monsanto volta e meia é criticada por grupos ambientalistas e de defesa do consumidor que acreditam que o milho e a soja transgênicos da empresa são nocivos porque incentivam o agricultor a aplicar uma dose maior de certos herbicidas, criam resistência em insetos e têm efeitos desconhecidos para a saúde.

A divisão de sementes de hortaliças não gera tanta polêmica, pois 95% da atividade de pesquisa e desenvolvimento da Monsanto no segmento se concentram no cultivo convencional. Já que a área de cultivo de hortaliças nos Estados Unidos é menor, não seria economicamente viável investir pesado na tecnologia de transgênicos, explica Madere.

Mas Mark Connelly, analista da CLSA Asia-Pacific Markets, acha que a empresa também sabe que precisa ter mais cautela no segmento de frutas e verduras geneticamente modificadas.

"Quando o assunto é soja e milho, estamos falando de um relacionamento com [compradores de grãos como] a Cargill [Inc.]", disse Connelly. "Já quando o assunto é frutas e verduras [...], é um um relacionamento com o consumidor [...] de carne e osso".

A Monsanto também enfrenta a concorrência no setor de sementes de produtos hortícolas de rivais como a Syngenta AG e Bayer AG, ambas há mais tempo no segmento. A Syngenta faturou cerca de US\$ 700 milhões com a venda de sementes de hortaliças em 2011; já a Monsanto deve obter mais de US\$ 800 milhões no atual ano fiscal, que termina em agosto, disse Tim Tiberio, analista da Miller Tabak & Co.

Ingredientes locais chegam à merenda. Giselle Paulino – Valor Econômico. 27/06/2012

Há algo diferente na merenda das escolas públicas brasileiras. Macaxeira, batata doce, castanha, produtos sem agrotóxicos e suco de frutas nativas como caju, cupuaçu e açaí começam a aparecer nas refeições de estudantes da rede pública. Desde 2009, com a aprovação da Lei no 11.947 que estabelece que, no mínimo, 30% do total de recursos da alimentação escolar devem ser usados diretamente na compra de alimentos de agricultores familiares locais, muita coisa está mudando. A lei orienta também que assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas sejam priorizados.

Em 2011, R\$ 1 bilhão foi destinado para esse tipo de compra mais local. Com aproximadamente 50 milhões de refeições por dia nas escolas estaduais e municipais, o mercado de alimentação escolar no Brasil movimentava cerca de R\$ 3 bilhões por ano.

"Garantir que parte do orçamento da merenda beneficie esse público é uma forma de promover o comércio local, privilegiar os produtores, além de criar hábitos de alimentação saudáveis entre os estudantes", diz Manoel Bonduki, especialista em

políticas públicas e gestão governamental da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). "A lei é de uma simplicidade que não dá para entender porque isso não era feito antes."

Paragominas, (Pará), Rio Branco (Acre) e Areias (Paraíba) estão entre os primeiros municípios que criaram ações para atender a lei. As iniciativas vão desde treinamento para que as merendeiras criem receitas com produtos locais até a capacitação de agricultores para a produção orgânica. Em Tambaú, cidade próxima a Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, região em que predomina a cana-de-açúcar, os agricultores que viviam isolados se organizaram em cooperativas e já vendem para a prefeitura.

Comunidades quilombolas também estão fornecendo para a merenda escolar, como é o caso da Comunidade de Santa Cruz, em Minas Gerais, que já faz parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo desde 2003. Até então, as 85 famílias que fazem parte da comunidade viviam apenas de subsistência. Além de vender o que já plantava - como feijão, banana, chuchu, folhagem, milho, mandioca, farinha, hortaliça -, a Santa Cruz passou a produzir farinha, leite pasteurizado e iogurte, hoje o carro chefe da economia da comunidade. "Antes a comunidade vendia seus produtos a qualquer preço para o atravessador. Não tínhamos informação e éramos sempre manipulados", diz Maria Alves de Sousa, suplente na secretaria da Associação da Comunidade Quilombola de Santa Cruz.

As grandes cidades, por estarem longe do campo, enfrentam desafios para implementar o sistema. São Paulo, com economia voltada mais para indústria e serviços, possuía pouco mais de 150 mil estabelecimentos agrícolas, segundo dados de 2006 do IBGE. Ao mesmo tempo, contava com 8,8 milhões de estudantes, o maior contingente do país.

Para adotar a compra local, a Prefeitura de São Bernardo, na região metropolitana da capital, contratou um consultor técnico que visitou os estabelecimentos agrícolas no interior, pesquisou e discutiu com os produtores o que eles tinham a oferecer.

As merendeiras da cidade são levadas para treinamento do campo. "A maioria das merendeiras não tem noção de onde vem o alimento e acaba rejeitando vegetais que não são todos do mesmo tamanho", afirma Vanessa Angelo Garcia, chefe de Divisão de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo.

O Estado do Paraná vai comprar R\$ 25 milhões de 96 cooperativas da agricultura familiar em 2012. O Distrito Federal vai gastar cerca de R\$ 7 milhões. A cidade de Campinas deu um passo a frente e realizou uma audiência pública para esclarecer as cooperativas de agricultores da região sobre a lei e dar informações sobre os produtos que planeja adquirir e as condições de compra. Cerca de 60 agricultores compareceram.

No passado, os alimentos percorriam um longo caminho até chegar ao destino final. Nas décadas de 70 e 80, grandes empresas nacionais se formaram para oferecer a merenda e acabaram por dominar o mercado. A compra era centralizada em Brasília e depois distribuída para todo o país e o desperdício era grande. Em 2000 o processo começou a ser descentralizado. A chamada pública passou a ser utilizada para convocar os produtores, mais simples que a antiga licitação, que excluía grande parte das cooperativas. O Brasil tem 4,5 milhões de pessoas na agricultura familiar, responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

A lei já inspira iniciativas. O Paraná sinalizou a intenção de comprar de agricultores familiares produtos para as refeições universitárias. O Rio Grande do Sul e Distrito Federal criaram leis para adquirir da agricultura familiar alimentos para outras áreas como hospitais e restaurantes populares. O Brasil tem recebido representantes de países da América Latina e África para conhecer de perto o programa

**Edital dará continuidade à rede virtual de segurança alimentar – Site do MDS.
29/06/2012**

Instituições de ensino superior federal têm até 10 de agosto para enviar propostas. Valor do investimento é de R\$ 2,5 milhões

Brasília, 29 – Mobilizar e aprimorar os conhecimentos dos profissionais e gestores públicos de programas e ações relacionados à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Com esse objetivo, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lança o edital de chamamento público – MDS/SESAN n.º 01/2012 – para firmar termo de cooperação com uma instituição de ensino superior federal.

Pelos termos do edital, a instituição vencedora dará continuidade à Rede Virtual Temática (RedeSAN). Por meio desse sistema organizacional, os profissionais envolvidos poderão trocar experiências e incentivar a produção de conhecimento para a implementação de ações de educação alimentar e nutricional.

Além disso, a rede tem por objetivo aprimorar a gestão dos programas de segurança alimentar e nutricional. Com destaque para os relacionados aos equipamentos e serviços de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos – restaurantes populares, banco de alimentos e cozinhas comunitárias e outras iniciativas e programas promovidos pelo MDS para a área.

Cooperação – Como resultado da cooperação é esperado a formação de, no mínimo, mil profissionais e gestores, a realização de um seminário nacional, o intercâmbio de experiências e articulação internacional entre Brasil e os países latino-americanos. Serão investidos na parceria R\$ 2,5 milhões até 2014.

O prazo para apresentação das propostas é de 44 dias correspondentes ao período de 28/06/2012 a 10/08/2012. O material deve ser enviado para o seguinte endereço: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), aos cuidados da Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional - Esplanada dos Ministérios, Bloco “C”, 4º andar, sala 446, CEP: 70.064-900, Brasília/DF, FAX (61) 3433-1118.

O extrato do edital de chamamento foi publicado no Diário Oficial da União dessa quinta-feira (28), na Seção 3, página 131. [Leia a íntegra.](#)

Mais informações pelo telefone (61) 3433-2007 ou pelo e-mail educacaoalimentar@mds.gov.br

Arroz com feijão sobe 5 vezes mais que a inflação – Folha de São Paulo. 30/06/2012

O arroz com feijão subiu 30,7% em 12 meses. A taxa é cinco vezes maior que índice oficial de inflação, que ficou em 4,9% no período.

Juntos, os dois itens básicos da alimentação do brasileiro tiveram impacto de 0,25 ponto percentual sobre o IPCA dos últimos 12 meses encerrados em maio.

O cálculo, feito pelo analista Thiago Curado, da Tendências Consultoria, tem como base a variação do arroz e do feijão carioca no IPCA e o seu peso no principal índice de inflação.

Problemas como a seca no Nordeste e as geadas no Paraná ajudaram a elevar o valor do feijão, já que a primeira e a segunda safra foram comprometidas.

A terceira safra, que começa a ser colhida agora, deve colocar 500 mil toneladas no mercado -e deve haver uma trégua nas cotações. Mas o desequilíbrio entre oferta e demanda deve continuar, segundo Vlamir Brandalitze, sócio de consultoria especializada no setor.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor,
Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf

Assistentes de Pesquisa

Catia Grisa, Karina Kato, Luiza Mariano de Lima Araujo,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

CPDA

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa